



Empresa de Água e Saneamento  
de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Relatório e Contas '10

10

5	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
7	Principais Indicadores
8	Estrutura Organizacional Corpos Sociais Estrutura Orgânica
10	Estratégia Empresarial A Empresa Enquadramento Sectorial Missão, Visão e Valores Política da Qualidade, Ambiente e Segurança Comunicação e Educação
17	Áreas de Actividade
23	Gestão de Clientes
29	Investimento
31	Recursos Humanos
34	Desempenho Económico e Financeiro
39	Perspectivas Futuras
41	Proposta de Aplicação de Resultados
42	Considerações Finais
43	Demonstrações Financeiras Balanco em 31 de Dezembro de 2010 Demonstração dos Resultados por Naturezas Demonstrações das alterações no capital próprio no período 2009 Demonstrações das alterações no capital próprio no período 2010 Demonstração de Fluxos de Caixa
50	Anexo às Demonstrações Financeiras

# Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2010 ficará, essencialmente, marcado pelo desempenho económico-financeiro da Vimágua, cuja Resultado Operacional, quando comparado com o ano de 2009, registou uma clara progressão, +1,4 M€, e o Resultado líquido do exercício positivo (0,9M€) dará um contributo importante para a cobertura de prejuízos acumulados, decorrentes do esforço de investimento, que começa a ser compensado.

Este dado é de extrema importância, na medida em que é reflexo da adequação das estratégias de gestão ao compromisso de sustentabilidade económico-financeira, a que estamos obrigados.

Os investimentos projectados até 2013 têm como referência o cumprimento dos objectivos estabelecidos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais - PEAASAR II 2007-2013:

- 1 – A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;
- 2 – A Sustentabilidade do Sector; e
- 3 – A Protecção dos Valores Ambientais.

O Documento de Enquadramento de Estratégico de Saneamento elaborado pela Vimágua e aprovado pela ARH-Norte em Março de 2010, constitui um elemento essencial que viabiliza a admissibilidade das candidaturas aos programas de financiamento comunitário e os subsequentes investimentos em extensões de redes de drenagem de águas residuais.

A decisão do Conselho de Administração de contratação faseada da elaboração de projectos de execução para redes de abastecimento de água e de saneamento para todas as freguesias dos Municípios de Guimarães e Vizela, permitirá a apresentação oportuna de candidaturas visando a concretização dos investimentos, quer em extensões de redes, quer em remodelações das infra-estruturas mais vetustas e que registam frequentes rupturas e obstruções.

O projecto de ligação às infra-estruturas do SIDVA assume um destaque especial pelo facto de permitir a entrada ao serviço de redes de saneamento que aguardavam a instalação de interceptores pela Águas do Noroeste.

Saliente-se o trabalho de coordenação das intervenções na via pública com os Municípios, com o propósito de salvaguardar a boa gestão das vias, procurando antecipar a execução das nossas infra-estruturas relativamente a empreitadas de requalificação ou pavimentação levadas a cabo pelas autarquias.

A celebração de protocolos de colaboração técnica e financeira com as Juntas de Freguesia permitiu resolver, num investimento partilhado, situações pontuais e urgentes de pequenos prolongamentos de redes em diversas Freguesias.

Importa, por último, salientar a conclusão do processo de licenciamento das nossas captações, tendo sido assinado no dia Mundial da Água - 22 de Março, o **CONTRATO DE CONCESSÃO RELATIVO À UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS SUPERFICIAIS DESTINADAS AO ABASTECIMENTO PÚBLICO NO RIO AVE – CAPTAÇÕES DE PRAZINS ST.ª EUFÉMIA E GONDOMAR**, com o Estado Português, representado pela Administração da Região Hidrográfica do Norte I.P.

Com a assinatura do Contrato de Concessão a Vimágua ficou autorizada a explorar, em regime de exclusivo e durante 30 anos as captações de águas superficiais de Prazins St.<sup>a</sup> Eufémia e Gondomar, até um volume máximo anual de 13,00 hm<sup>3</sup> e 1,25 hm<sup>3</sup>, respectivamente, o que nos permitirá corresponder a um eventual crescimento significativo do consumo de água que em 2010 se cifrou em cerca de 9,6 hm<sup>3</sup>.

Pelo exposto, estamos cientes dos desafios que se apresentam na gestão da água, deixo, no entanto, a certeza de um total empenhamento da estrutura da Vimágua, na resposta aos mesmos, que queremos eficiente e eficaz.

O Presidente do Conselho de Administração

Armindo José Ferreira da Costa e Silva

# Principais Indicadores

Principais Indicadores	2009	2010
<b>BALANÇO</b>		
CAPITAL REALIZADO	500.000	500.00
CAPITAL PRÓPRIO	24.676.098	24.146.362
PASSIVO	35.067.266	36.222.949
ACTIVO	59.743.364	62.369.311
CAPITAL PRÓPRIO/ACTIVO, %	41,30%	41,92%
INVESTIMENTO	3.901.095	3.036.246
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO % <sup>1</sup>	0,38%	3,51%
RENTABILIDADE DO ACTIVO % <sup>2</sup>	0,16%	1,47%
<b>CONTA DE EXPLORAÇÃO</b>		
<b>VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS</b>		
PRESTADOS	13.002.007	14.535.457
PROVEITOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	13.053.736	14.559.437
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS</b>		
FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	3.604.434	4.932.279
em % do Volume de Negócios	27,72%	33,93%
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS</b>		
FINANCEIROS (EBIT)	642.612	2.072.465
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	109.320	817.057
RESULTADO LÍQUIDO / ACTIVO LÍQUIDO	93.796	917.938
CASH-FLOW	3.055.618	3.777.752
<b>ACTIVIDADE</b>		
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	7.425.537	7.281.502
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	57.746	59.078
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2
N.º DE TRABALHADORES	161	149
CLIENTES/TRABALHADORES	359	396

Valores em euros nas seguintes rubricas: Capital social, Capital próprio, Activo líquido total, Investimentos, Volume de negócios/Vendas e serviços prestados, Resultado antes de impostos e encargos financeiros e amortizações (EBITDA), Resultado antes de impostos e encargos financeiros (EBIT), Resultado antes de impostos, Resultado líquido do exercício e "Cash-flow".

<sup>1</sup> Resultado líquido/Capital próprio

<sup>2</sup> Resultado líquido/Activo líquido total

# Estrutura Organizacional

## Corpos Sociais

Na sequência das eleições autárquicas realizadas no dia 11 de Outubro de 2009, foram designados os corpos sociais da Vimágua para o período coincidente com o mandato autárquico.

O Conselho de Administração, em funções desde o dia 2 de Novembro de 2009, é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;

1.º Vogal: Alberto Fernando Lopes da Silva Machado, Vereador da Câmara Municipal de Vizela e designado sob proposta do Município de Vizela;

2.º Vogal: Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, designado sob proposta do Município de Guimarães.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência, acumulando as competências previstas para o cargo de Director-geral nos regulamentos e documentos de organização e carreiras da Vimágua. Em 4 de Fevereiro de 2010 o Presidente outorgou o respectivo Contrato de Gestão, em cumprimento da lei e dos Estatutos.

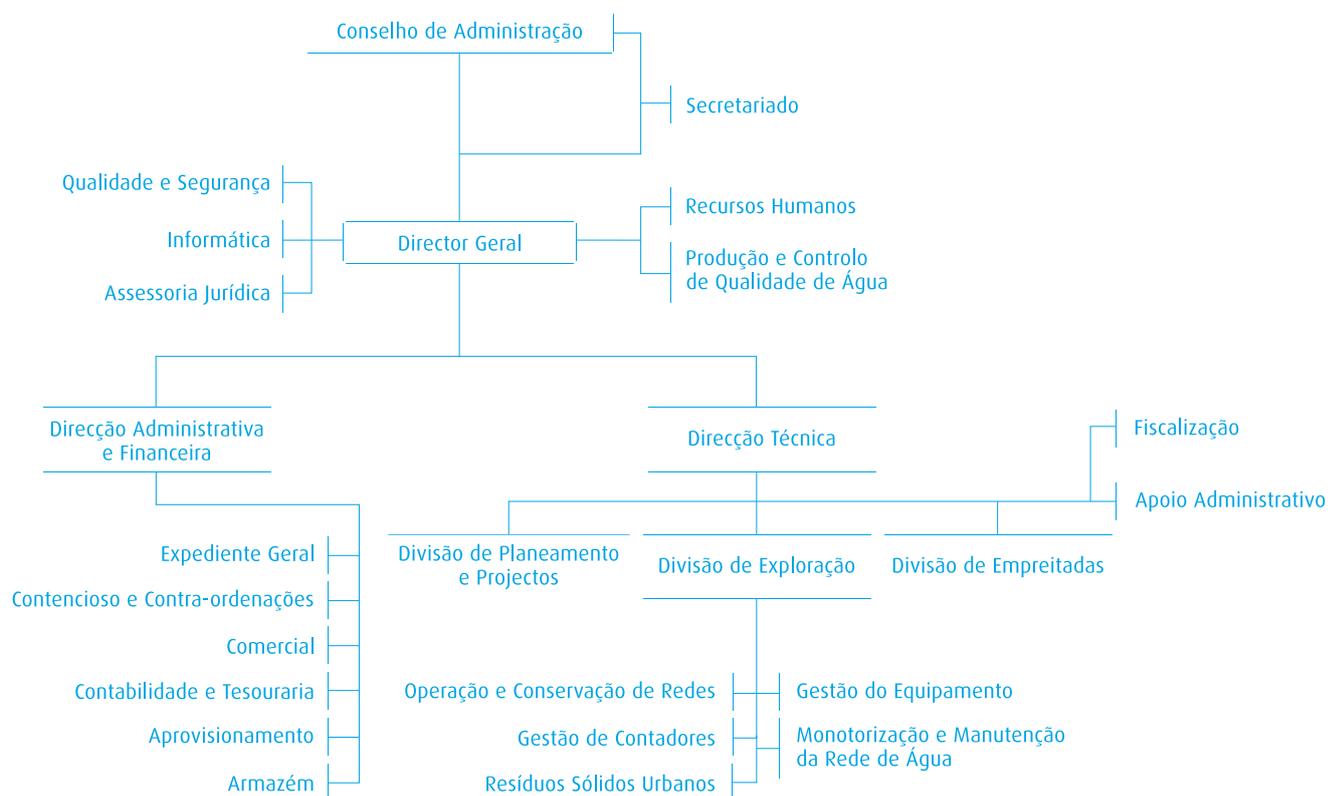
A Mesa da Assembleia-geral é presidida pelo Município de Guimarães, representado pelo respectivo Presidente, António Magalhães da Silva, e tem como vogais o Presidente da Câmara Municipal de Vizela, Dinis Manuel da Silva Costa, e o representante da Eco-Ave, Carlos Alberto Costa Caldas Ribeiro.

Em 2010, a Assembleia-geral realizou as duas sessões ordinárias previstas nos Estatutos. A 29 de Março, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2009, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa. Na sessão ordinária, realizada a 10 de Dezembro, foi aprovado o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2011, o Tarifário 2011 e uma proposta de revisão do Plano de Investimentos (Anexo II do Contrato de Gestão).

A Fiscalização da empresa mantém-se a cargo da sociedade Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, representada por António de Jesus Pereira.

## Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



# Estratégia Empresarial

## A Empresa

A Vimágua iniciou a sua actividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de Dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adoptando a denominação "Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A."

**Identificação:** Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

**Sede Social:** Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães

**Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505 993 082**

**Capital Social e Prestações Suplementares:**

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 acções nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

**Accionistas:**

Município de Guimarães: 447.500 acções

Município de Vizela: 50.000 acções

Cooperativa Eco-Ave Sucatas, C.I.P.R.L.: 2.500 acções

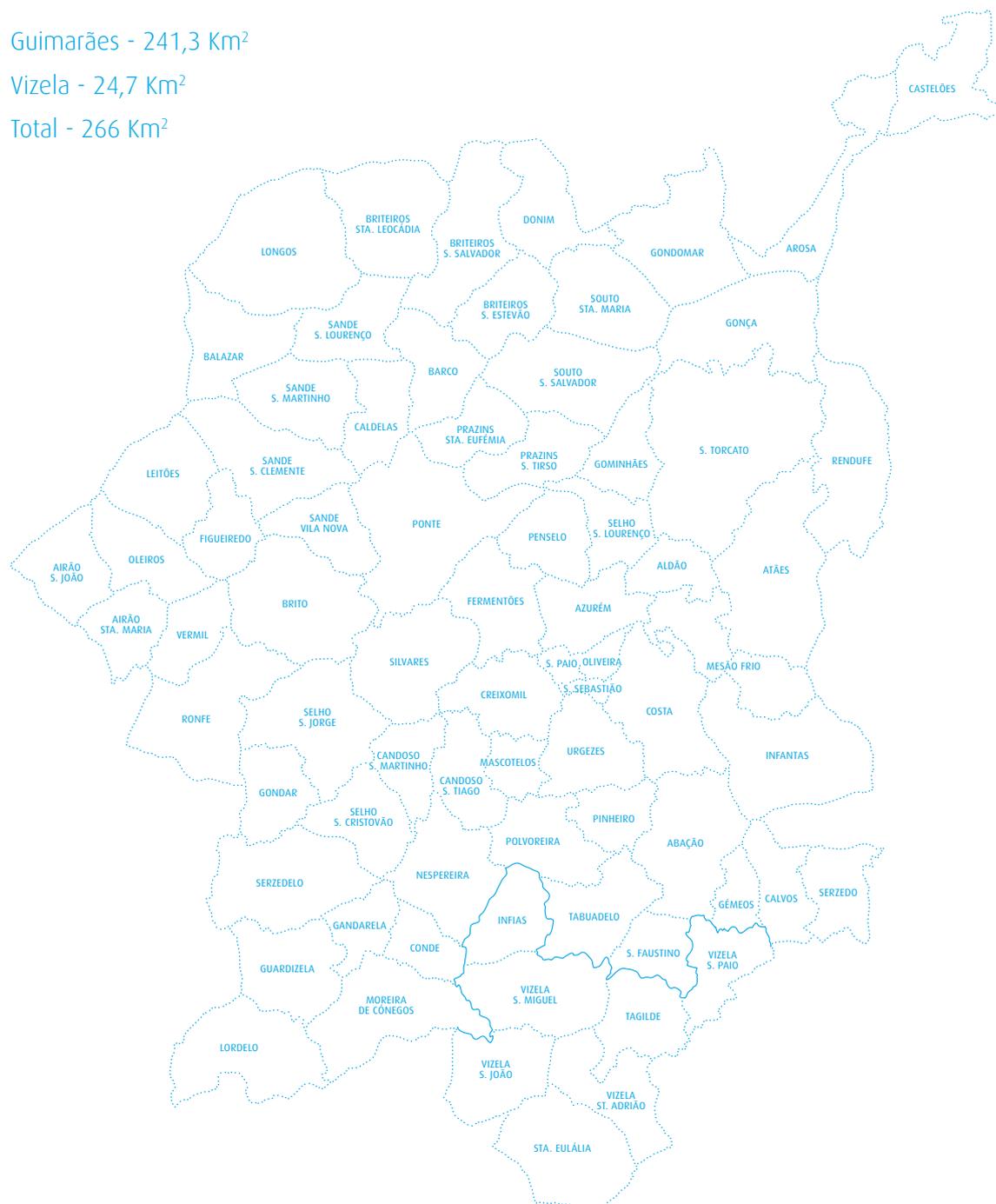
## Âmbito geográfico

A Vimágua actua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efectiva, por parte desta empresa, regista um significativo crescimento, desde a sua criação e início de actividade.

Guimarães - 241,3 Km<sup>2</sup>

Vizela - 24,7 Km<sup>2</sup>

Total - 266 Km<sup>2</sup>



## Objectivos Estratégicos

A 2 de Abril de 2008, foi celebrado entre a Vimágua e os Municípios participantes o Contrato de Gestão, para cumprimento das exigências legais do regime jurídico do sector empresarial local e determinação objectiva e concreta de orientações estratégicas dos Municípios em relação à empresa, atenta a sua natureza de entidade gestora encarregada da gestão de serviço de interesse geral.

O presente Contrato de Gestão, cuja finalidade é regular os direitos e deveres estabelecidos entre os Municípios e a Vimágua reajustando e reequilibrando, assim, em termos económicos, a relação existente, por forma a tornar viável a actividade da Vimágua, define de forma clara os objectivos da sua actividade:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços contratados neste Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela, os quais têm um inegável interesse geral.
- b) Proteger os munícipes, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível de distribuição e drenagem de águas.
- c) Manter e renovar as infra-estruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afectos aos Sistemas, quando necessário.
- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
- e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta actividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do sector público.
- f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.

Os objectivos estratégicos definidos para a actuação da Vimágua visam, também, o cumprimento das metas traçadas pelo PEASAR II 2007-2013, o qual, como pode ler-se no Preâmbulo do Despacho Ministerial que o aprovou, "define objectivos e propõe medidas de optimização de gestão nas vertentes em alta e em baixa e de optimização do desempenho ambiental do sector (...) Visa, assim, a minimização das ineficiências dos sistemas numa perspectiva de racionalização de custos a suportar pelas populações, estabelece os modelos de financiamento e as linhas de orientação da política tarifária e define a reformulação do enquadramento legal e do modelo regulatório necessário à sua eficácia."

Assim, de acordo com o referido documento, são definidos três grandes objectivos estratégicos e as respectivas orientações que devem enquadrar os objectivos operacionais e as medidas a desenvolver no período 2007-2013, designadamente:

I – A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço;

II – A sustentabilidade do sector; e

III – A protecção dos valores ambientais.

Estes princípios vertem-se nos documentos estratégicos aprovados pelos órgãos da Vimágua e pelos Municípios de Guimarães e Vizela.

## Enquadramento Sectorial

Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num acto normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este novo quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contra-ordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

O desenvolvimento desta regulamentação que impõe adaptações com alguma profundidade à Vimágua, algumas já implementadas em 2010, designadamente ao nível da facturação e relacionamento com os utentes, pode vir a implicar um acréscimo de encargos para a empresa com impactos económicos e financeiros.

Além das condicionantes impostas pelo novo sistema de regulação do sector, existem outras que actuam e influenciam de forma directa a actividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira;
- A variação dos custos energéticos, sendo o principal factor crítico na actual conjuntura o preço do petróleo;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento ilegal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;
- As verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.

## Missão, Visão e Valores

### Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um **serviço de qualidade**, orientado por **princípios de eficácia de gestão**, sem descurar, porém, a **defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente**.

### Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no sector, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais

### Valores

Cliente - Satisfação do cliente, como centro da actividade e da gestão da Vimágua.

Saúde pública - Contribuição para a promoção da saúde pública.

Ambiente - Respeito e salvaguarda dos valores de ordem ambiental.

Transparência - Transparência, na relação com clientes, colaboradores, sócios e demais entidades.

Rigor - Rigor como regra geral de adequação e base de decisão.

## Política da Qualidade, Ambiente e Segurança

A certificação do Sistema de Gestão integrada da Qualidade e Segurança, obtida em 2006, é um indicador objectivo da preocupação da Vimágua em prestar, de forma transparente, um conjunto de serviços de primeira necessidade, fiáveis e de manifesta qualidade.

É importante que uma entidade de acreditação tenha reconhecido o mérito do sistema de gestão da Vimágua, resultando num acréscimo de confiança no produto e serviços da empresa.

No que à gestão da qualidade concerne, a satisfação plena das necessidades e expectativas dos nossos Clientes é um factor determinante na nossa actuação como prestadores de um serviço público e um princípio fundamental do Sistema de Gestão da Qualidade desenvolvido e implementado.

Em matéria de Segurança, a avaliação sistemática dos riscos associados às nossas actividades, produtos e serviços, aliada à definição e implementação das melhores práticas e de um rigoroso cumprimento da legislação em vigor, contribuem para a promoção de boas condições de Segurança e Saúde.

O plano anual de auditorias, definido para 2009, foi, parcialmente, cumprido, não tendo sido realizadas as auditorias aos processos nas datas previstas, por motivos de coordenação e prioridades de serviço. As auditorias em falta serão realizadas durante o 1.º semestre do ano de 2010.

Realizou-se a auditoria de Segundo Acompanhamento do Sistema de Gestão Qualidade e Segurança pelo organismo certificador, tendo sido implementadas todas as acções correctivas identificadas.

A Vimágua decidiu avançar com a implementação do Sistema de Gestão Ambiental – NP EN ISO 14001 – o qual tem como principal objectivo melhorar o desempenho (ou comportamento) ambiental da empresa. Assim, a Vimágua deverá avaliar as operações que estão associadas aos seus aspectos ambientais significativos identificados e assegurar que estas são realizadas de forma a controlar ou reduzir os impactes adversos, de modo a cumprir os requisitos da sua política ambiental e a atingir os seus objectivos e metas. Esta avaliação deverá incluir todas as partes das suas operações, incluindo actividades de manutenção.

No decorrer do ano de 2010 foi definida a metodologia de identificação e avaliação dos impactes ambientais, encontrando-se em fase final a avaliação dos impactos ambientais associados.

A Vimágua pretende, com este novo desafio da certificação ambiental, garantir, de forma sustentada, o compromisso da Qualidade de Serviço ao Cliente, preservando o Ambiente e a Segurança.

## Comunicação e Educação

Foram várias as iniciativas promovidas pela Vimágua, no decorrer do ano de 2010, dirigidas, essencialmente, ao público infanto-juvenil e tendo como tema predominante “Água de Abastecimento Público, uma Água Segura”.

Destacamos, alguns momentos que marcaram o ano de 2010. A 22 de Março comemorou-se do Dia Mundial da Água, procurando, uma vez mais, fazer perceber a dialéctica entre água pública de distribuição e saúde.

Foi um dia diferente para cerca de 300 crianças. Neste dia em que se assinalou o Dia Mundial da Água, a Vimágua desenvolveu iniciativas pedagógico – didácticas no Centro Escolar de Vila Nova de Infantas, em Guimarães e na EB1 e Jardim-de-Infância de Cruzeiro, S. Paio Vizela.

De uma forma lúdica, estas crianças realizaram experiências e actividades que lhes permitiram perceber a diferença de qualidade entre a água da rede de abastecimento público e a água dos poços, furos ou minas.

O programa contou com jogos didácticos, experiências, com o objectivo de analisar o teor de cloro, o grau de turvação e o pH da água, observação ao microscópio de microrganismos que contaminam a água e com a visualização de um filme onde se evidencia a importância do saneamento básico e do abastecimento de água para a promoção da saúde pública e para o desenvolvimento sustentável.

O objectivo foi cumprido, tendo os mais pequenos tomado consciência da importância do consumo de água potável, isto é, uma água controlada e que cumpra rigorosamente os parâmetros bacteriológicos e físico-químico, como é aquela que é distribuída pela Vimágua, nos Municípios de Guimarães e Vizela.

A 8 de Junho de 2010 e como forma de assinalar o Dia Mundial do Ambiente que se comemora a 5 de Junho, a Vimágua participou das Jornadas Culturais da Escola Secundária Martins Sarmiento, mostrando uma apresentação subordinada ao tema 'Água de abastecimento público'. Contámos com a presença de Ana Margarida Heitor, técnica da área da qualidade da água, que falou da sua experiência profissional e do seu conhecimento, em relação à Água de Guimarães.

A 15 de Julho de 2010, participámos, ainda, a convite da Junta de Freguesia de St.ª Eufémia de Prazins, numa sessão subordinada ao tema "Ambiente e Economia".

Ainda, no decorrer do ano de 2010, fixaram-se os conceitos chave e seleccionaram-se os parceiros para o lançamento de uma Campanha que pretendemos levar à prática em 2011, visando o esclarecimento da população em relação ao investimento que temos vindo a realizar e a promoção da adesão aos sistemas que para além de uma imposição legal, é, também, um dever cívico de todos nós.

Procuramos, assim, na medida do possível, marcar presença na comunidade que servimos, auscultando a população e dando a conhecer a actividade da empresa.

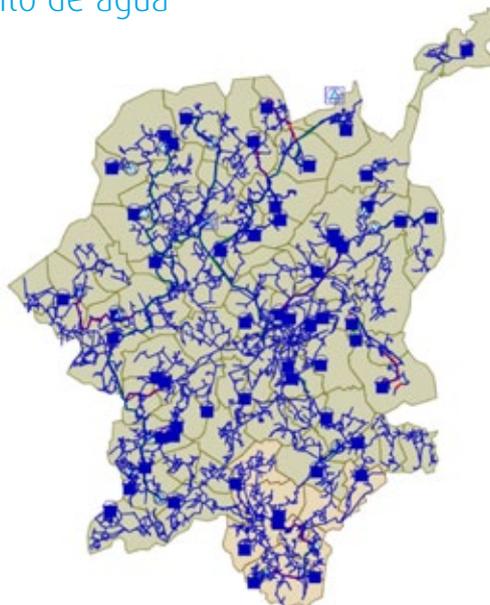
# Áreas de Actividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo da Água em que a Vimágua tem intervenção - **captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e drenagem e tratamento de águas residuais** - foi orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, Da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade.

É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos proveitos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus custos operacionais.

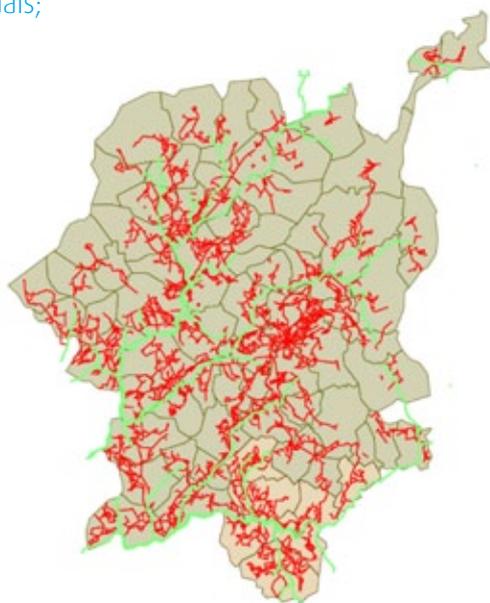
## Infra-estruturas do sistema de abastecimento de água

- 2 Estações de Tratamento de Água (ETA);
- 1050 Km de condutas de água;
- 58 Reservatórios;
- 7 Postos de rechloragem.



## Infra-estruturas do sistema de saneamento de águas residuais

- 786 Km de condutas de saneamento de águas residuais;
- 20 Estações elevatórias.



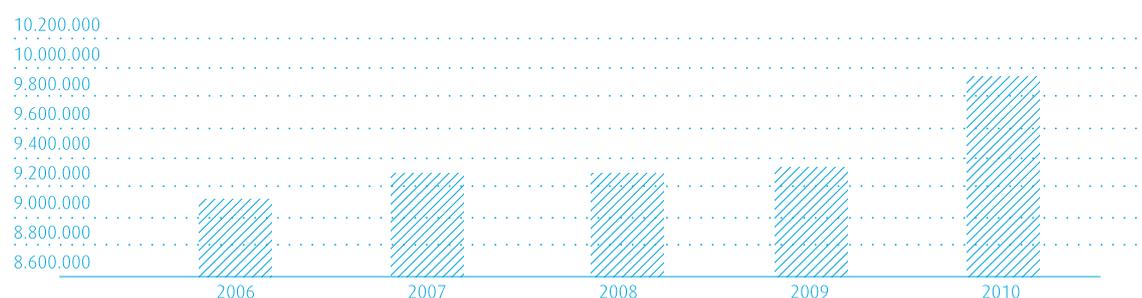
## Produção e Distribuição de Água

A Vimágua utilizou, em 2010, as duas captações superficiais activas existentes, no Rio Ave – Prazins Sta. Eufémia e Gondomar. Foram exploradas ao longo de todo o ano as origens de água de nascentes das Minas da Penha, Rocha, Senhoras do Monte e Castelões.

O volume total de água captada foi de 9.935.108 metros cúbicos, representando um crescimento de 6%, comparativamente com o ano de 2009, contrariando a tendência de estabilização registada nos últimos anos.

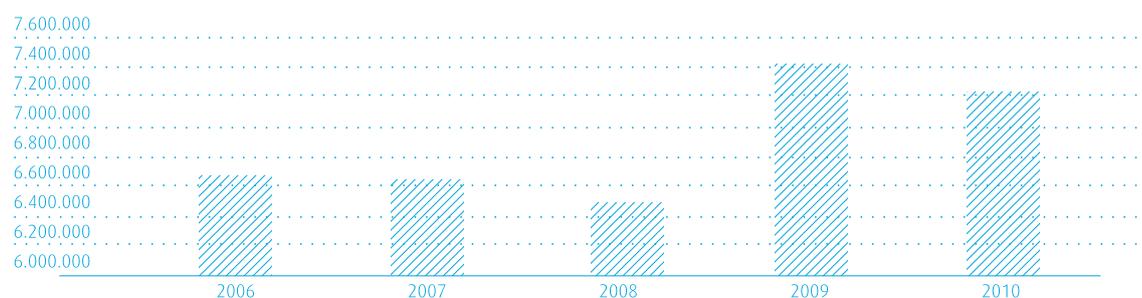
A Vimágua recorreu em Novembro às Águas do Noroeste, S.A., para fornecimento de água à zona sul do seu sistema, aproveitando a ligação estabelecida entre o sistema de abastecimento do Cávado e o da Vimágua, tendo comprado 23.478 metros cúbicos de água. A necessidade de aquisição de água resultou da perturbação pontual da capacidade de captação no Ave, motivada por avaria num dos poços de captação.

### Volume de água aduzida aos sistema



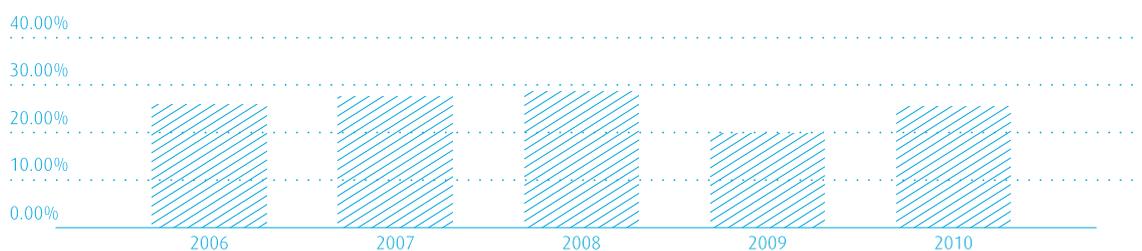
O volume de água facturada aos clientes da Vimágua foi de 7.281.502 metros cúbicos, o qual estabiliza com ligeiro decréscimo o volume facturado no ano de 2009 e que representou uma drástica inversão da anterior tendência de decréscimo nos consumos de água, sendo o resultado do crescimento de clientes registado nos últimos anos.

### Volume de água facturada



Relativamente ao indicador de água não facturada, calculado com base na diferença entre volume de água captada (acrescida da proveniente do sistema do Cávado) e volume de água facturada, regista-se um acréscimo face ao ano anterior, tendo-se fixado nos 26,8%.

### Perdas



## Qualidade da água

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra duas componentes:

Controlo Legal – Programa de amostragem e de análise, realizado em cumprimento dos requisitos legais estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, devidamente aprovado pelo ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Controlo Operacional – Plano interno de controlo operacional, tem por objectivo fundamental verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento, permitindo detectar atempadamente possíveis anomalias, possibilitando a adopção de medidas preventivas eficazes.

No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2010, registamos 99,19% de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei, o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de boa qualidade, de acordo com o Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Importa sublinhar que, no ano 2010, o programa de monitorização da qualidade da água, aprovado pela Entidade Reguladora, foi, integralmente, cumprido, tendo sido realizadas 3.456 determinações de parâmetros, na torneira do consumidor.

## Operação, manutenção e conservação dos sistemas

Os objectivos da actividade de distribuição de água da Vimágua visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, aliado a uma performance de eficácia empresarial, na prossecução de um desenvolvimento sustentável, assente em:

- Manter o grau de operacionalidade do sistema de armazenamento e distribuição de água;
- Garantir a qualidade da água distribuída;
- Introdução de sistemas de cloragem e rechloragem nos Reservatórios;
- Aumento de eficácia dos diferentes sectores da empresa, na resposta aos pedidos de serviço dos clientes;
- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes e equipamentos;
- Aumento da eficácia nas reparações efectuadas.

Ao nível da área de exploração, em consonância com a estratégia e objectivos da empresa, as actividades desenvolvidas nortearam-se pela optimização na utilização dos recursos disponíveis, numa óptica de crescente melhoria do serviço prestado.

## Águas Residuais

A actividade na área dos serviços de drenagem de águas residuais, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, o “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, em todo o Vale do Ave, por um sistema multimunicipal.

São, também, geridas pela Vimágua redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas colectivas situadas, quase exclusivamente, em loteamentos.

Também nesta actividade operacional, os objectivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes e equipamentos;
- Aumento da eficácia nas reparações efectuadas.

## Objectivos Sectoriais - Anexo V do Contrato de Gestão

A Vimágua, no âmbito do contrato de gestão celebrado com os Municípios, compromete-se a gerir e explorar os Sistemas e a praticar todos os actos necessários com vista à prossecução de objectivos sectoriais, cujas metas constam do Anexo V ao referido contrato.

Os resultados obtidos em 2010 constam da tabela seguinte:

Abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas	Indicadores de referência	Resultados 2010
<b>Defesa dos interesses dos utilizadores</b>		
<b>Acessibilidade de serviço aos utilizadores</b>		
Cobertura do serviço público de água (%)	[95%]	96%
Cobertura do serviço de saneamento de águas residuais urbanas (%)	[80%]	89%
<b>Qualidade do serviço prestado aos utilizadores</b>		
Falhas no abastecimento (n.º/100 ramais por ano)	≤[2,00]	0,09
Qualidade da água fornecida (%)	[98%-100%]	99,19%
Resposta a reclamações escritas (%)	[90%-100%]	61%
Ocorrência de inundações (n.º prop./100Km colector/ano)	[≤1,3]	65,18
<b>Sustentabilidade económico-financeira da entidade gestora</b>		
Rácio de cobertura dos custos operacionais (-)	[>1]	1,25
Rácio de solvabilidade (-)	[>20%]	22,20%
Água não facturada (%)	[≤25]	26,88%
<b>Sustentabilidade infra-estrutural da entidade gestora</b>		
Cumprimento do licenciamento das captações de água (%)	100%	em curso
Capacidade de reserva de água tratada (dias)	[0,8-2,0]	2,06
Tratamento de águas residuais recolhidas (%)	[90%-100%]	-nc-
<b>Sustentabilidade operacional da entidade gestora</b>		
Avarias em condutas (n.º/100Km/ano)	[≤55]	56,91
Obstruções de colectores (n.º/100Km/ano)	[≤30]	206,99

Os conceitos e expressões subjacentes aos indicadores de referência deste anexo, conforme estipula o Contrato de Gestão, são os publicados pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos, actual ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

No âmbito das suas competências de regulação a ERSAR publicou o “Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª Geração do sistema de avaliação”, a aplicar a todas as entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos do Continente, independentemente da titularidade Estatal ou Municipal do serviço e do modelo de gestão - por gestão directa, delegada, em parceria ou concessionada. Essa aplicação inicia-se em 2012 com dados de 2011, que devem ser reportados à ERSAR até final de Março de 2012 pelas entidades gestoras.

Assim, foram revistos para 2011 os objectivos sectoriais em consonância com os novos indicadores exigidos pela ERSAR. O trabalho desenvolvido ao nível dos sistemas de informação e definição de procedimentos que permitam avaliar e quantificar os indicadores a reportar, iniciou uma profunda revisão, reorientando-se para cumprimento das novas exigências.

# Gestão de Clientes

A Missão e Cultura de actuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de actuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão da Qualidade e Segurança adoptada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direccionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

Foi com essa motivação que a Vimágua desde Junho de 2010 colocou ao dispor de todos os seus clientes uma nova funcionalidade de atendimento à distância, através do recurso a um Balcão Digital que ficou alojado no seu sítio electrónico, em “www.vimagua.pt”.

Com esta ferramenta o cliente tem sempre acesso à situação do seu contrato, pode consultar o histórico de leituras e facturação e comunicar leituras. Com o Balcão Digital, a Vimágua proporciona um meio alternativo e directo de atendimento, através de um acesso online, evitando deslocações e tempos de espera.

Paralelamente, avançou-se com a factura electrónica, passando, todos quantos o solicitem, a receber a sua factura via e-mail, podendo aceder à mesma, em qualquer momento, através do nosso sítio electrónico, em FACTURA ELECTRÓNICA OU BALCÃO DIGITAL. Este é, sem dúvida, o meio mais simples e fiável de receber a factura, contribuindo, ainda, para a redução do consumo de papel e para a sustentabilidade ambiental.

A 9 de Julho 2010, a Vimágua inaugurou as novas instalações em Vizela, situadas na Rua Fonseca e Castro. Com a criação deste novo posto de atendimento, optimizou-se o relacionamento dos clientes com a Vimágua, estando equipado com todas as condições necessárias à prestação de um serviço de qualidade e de proximidade.

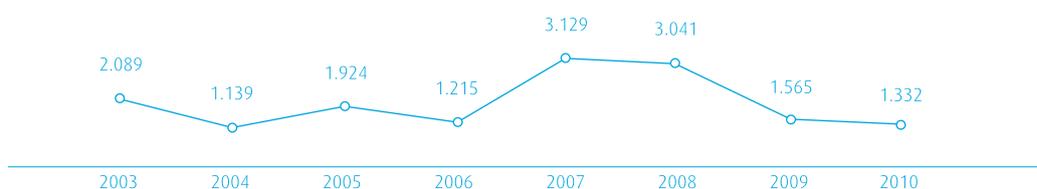
## Clientes em números

No final de 2010 o número total de clientes da Vimágua era de 59.078, mais 2,31% que no ano anterior. Reforçando a tendência de anos anteriores, o crescimento de clientes é sustentado pelo segmento doméstico.

Tipo de cliente	2008	2009	2010
Estado	169	292	110
Autarquias	480	488	559
Instituições	277	171	328
Com./Ind./Serviços...	6.577	6.548	6.619
Doméstico	48.675	50.245	51.460
Consumos próprios	3	2	2
<b>Total</b>	<b>56.181</b>	<b>57.746</b>	<b>59.078</b>

De realçar que desde o final do primeiro exercício de actividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 15.434 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de mais de 35%.

### Acréscimo anual de clientes



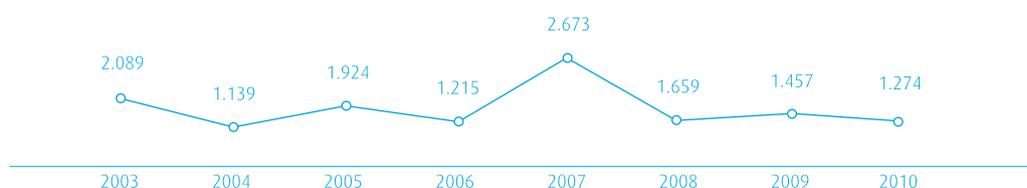
O número total de clientes de água, em 31 de Dezembro de 2010, era de 57.074 representando uma taxa de crescimento anual de 2,3%.

Tipo de cliente	2008	2009	2010
Estado	169	292	110
Autarquias	480	488	559
Instituições	277	171	328
Com./Ind./Serviços...	6.522	6.489	6.559
Doméstico	46.892	48.358	49.516
Consumos próprios	3	2	2
<b>Total</b>	<b>54.343</b>	<b>55.800</b>	<b>57.074</b>

No final do ano a Vimágua passou a contar com mais 1.274 clientes, comparativamente com o final de 2009. O grupo de clientes que registou a esmagadora maioria do crescimento foi o doméstico. Este continua a ser, inquestionavelmente, o resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.

O número de clientes água teve um acréscimo de 13.430 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento superior a 30%.

### Acréscimo anual de clientes de água



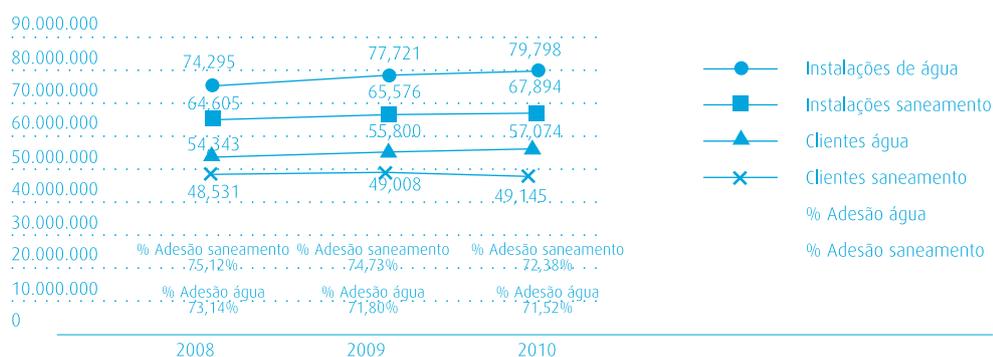
Um indicador significativo do crescimento das redes instaladas e crescimento do potencial de clientes é obtido pela variação do número de instalações cadastradas com base nos novos ramais domiciliários disponibilizados aos potenciais utilizadores e após notificação para pagamento dos mesmos. Neste último ano tivemos um crescimento de instalações cadastradas de cerca de 3%, cerca de metade do crescimento registado em 2009. Tal reflecte a curva descendente de disponibilização de redes, fruto do término do período de forte expansão.

31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	Variação 2010/2009	
			Quantidade	%
74.854	79.035	81.552	2.517	3,18

Terminamos em 2010, em articulação com as revisões de processos e procedimentos, necessários à aplicação do novo Regulamento, nomeadamente daqueles que dizem respeito à contratação autónoma dos serviços de saneamento, o trabalho, iniciado no em 2007, de levantamento e registo da diferenciação entre instalações servidas com redes de água e/ou redes de saneamento. A fase seguinte, de maior esforço de fiscalização do cumprimento das notificações de contratação e das ligações indevidas, iniciada no segundo semestre de 2010, permitirá certamente solidificar aquele trabalho e aumentar os níveis de contratação do serviço de saneamento.

Os valores dos indicadores de contratação de serviços de água e saneamento, no final do ano, são retratados nos quadros que se seguem:

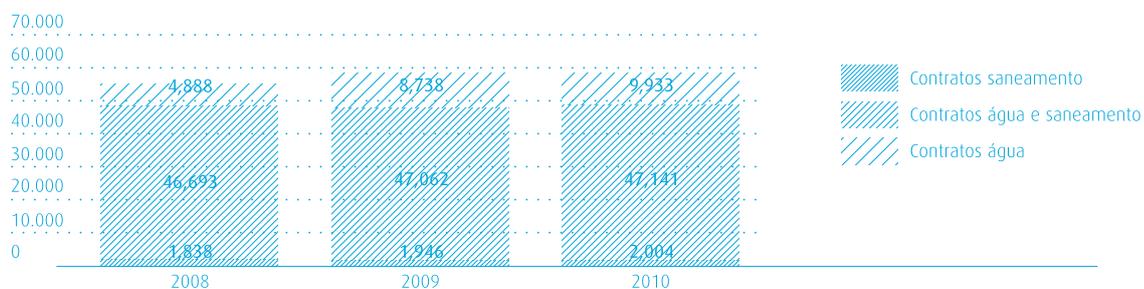
	2008		2009		2010	
	Água	Saneamento	Água	Saneamento	Água	Saneamento
Instalações	74.295	64.605	77.721	65.576	79.798	67.894
Clientes	54.343	48.531	55.800	49.008	57.074	49.145
% Adesão	73,14%	75,12%	71,80%	74,73%	71,52%	72,38%



As percentagens de adesão de clientes aos serviços da Vimágua situou-se à volta dos 72%, valor que se pretende seja melhorado, com a adesão das populações às redes construídas para as servir.

Consoante a natureza dos serviços temos três tipologias de contratos: contratos de saneamento; contratos de água e saneamento e contratos de água.

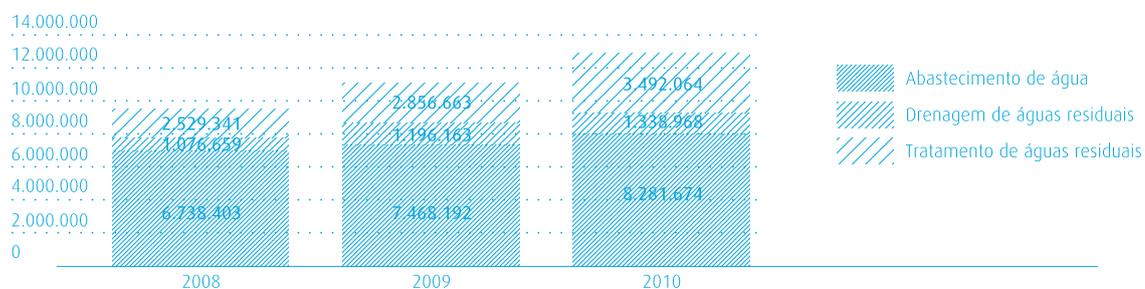
Tipo de contratos	2008	2009	2010
Contratos saneamento	1.838	1.946	2.004
Contratos água e saneamento	49.693	47.062	47.141
Contratos água	4.888	8.738	9.933
<b>Total</b>	<b>56.419</b>	<b>57.746</b>	<b>59.078</b>



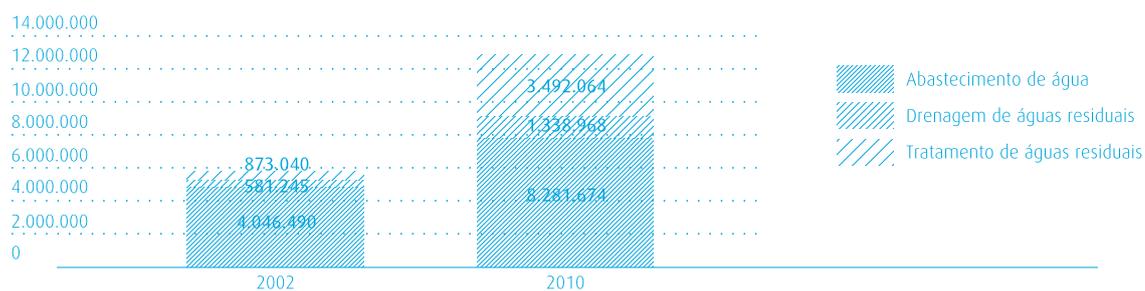
O peso relativo dos contratos de saneamento passou de menos de 1%, em 2007, primeiro ano de contratação, para mais de 3%, em 2010. Os contratos de água reforçam o seu peso relativo, o que resultará de uma taxa de cobertura de rede superior no sector de água.

A facturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2010 o valor €13.112.706, representando um crescimento próximo dos 14% comparativamente com o exercício anterior.

Actividade	2008	2009	2010	Varição 10/09
<b>Abastecimento de água</b>				
Venda água	€5.072.500	€5.683.973	€6.320.161	11,19%
Disponibilidade de ligação	€1.665.903	€1.784.219	€1.961.513	9,94%
<b>Drenagem de águas residuais</b>				
Utilização	€730.928	€814.197	€927.739	13,95%
Disponibilidade de ligação	€345.732	€381.966	€411.229	7,66%
<b>Tratamento de águas residuais</b>				
Taxa de tratamento	€2.036.132	€2.299.672	€2.841.682	23,57%
Taxa de disponibilidade	€493.209	€556.991	€650.382	16,77%
<b>Total</b>	<b>€10.344.404</b>	<b>€11.521.018</b>	<b>€13.112.706</b>	<b>13,82%</b>



De realçar que o montante de proveitos relativos às principais prestações de serviços cresceu perto de 90% desde o início de actividade da Vimáguas.



# Investimento

A Vimáguas realizou em 2010 investimentos no montante global de €3.036.246, destacando-se o investimento em redes de água e saneamento e investimentos de remodelação do sistema de abastecimento de água em alta, com vista à sua optimização.

## PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2010-2013

CÓDIGO	PROJECTO	PREVISÃO 2010	EXECUÇÃO 2010	DESVIO	
				Valor	%
1	<b>Sistema de abastecimento de água em alta</b>				
1.3	Nova Elevatória para Reservatório do Monte Cavalinho - 2.ª Fase	353.150		-353.150	-100%
1.4	Substituição da Elevatória e grupo de bombagem para o Reservatório de Lordelo	35.315		-35.315	-100%
1.5	Substituição do equipamento electromecânico em Pevidém (ZA), Pevidém (ZB)	30.270		-30.270	-100%
1.6	Novo Reservatório na Costa	50.450		-50.450	-100%
1.8	Conduta distribuidora Pégada - Ponte	50.450		-50.450	-100%
1.11	Reforço de abast. de Água (alta) - Res. Mt. Largo	75.675		-75.675	-100%
1.12	Reforço de abastecimento de Água (alta) - C. Elevatória Mãe d'Água - Monte do Largo e substituição de troço de elev. para Mesão Frio	100.900		-100.900	-100%
1.13	Ampliação da ETA de Prazins	403.600	303.949	-99.651	-25%
1.14	Ampliação da ETA de Gondomar	0	0	0	-nd-
1.15	Reparações de Reservatórios/ E. Elevatórias	191.710	13.299	-178.411	-93%
1.16	Substituição de equipamento electromecânico	50.450	20.329	-30.121	-60%
1.17	Outras obras de reforço de Abastecimento de Água (alta)	50.450	179.095	128.645	255%
2	<b>Redes de água e saneamento</b>				
2.1	Pequenos prolongamento e remodelação de redes de água e saneamento	322.880	406.281	83.401	26%
2.2	Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento	353.150	437.203	84.053	24%
2.3	Ligação de redes de saneamento ao sistema multimunicipal de saneamento	201.800	46.667	-155.133	-77%
2.4	Extensão de redes nas freguesias (ab. água 95%-100%)	1.009.000	614.287	-394.713	-39%
2.5	Extensão de redes nas freguesias (san. 80%-95%)	1.072.063	569.688	-502.375	-47%
2.6	Substituição de redes (abastecimento de água)	151.350	66.475	-84.875	-56%
2.7	Substituição de redes (saneamento)	353.150	0	-353.150	-100%
2.8	Optimização do sistema de drenagem de águas residuais - 1.ª Frente de despoluição da Ribeira de Couros	1.513.500	0	-1.513.500	-100%
3	<b>Investimentos diversos</b>				
3.1	Projectos de infra-estruturas	50.450	4.310	-46.140	-91%
3.2	Cadastro	15.135	0	-15.135	-100%
3.3	Terrenos	121.080	133.374	12.294	10%
3.4	Máquinas/Viaturas	110.990	0	-110.990	-100%
3.5	Equipamentos vários (exploração)	252.250	195.321	-56.929	-23%
3.6	Telegestão	50.450	0	-50.450	-100%
3.7	Novo Armazém para materiais de grande porte				
3.8	Equipamento informático e Software	20.180	11.012	-9.168	-45%
3.9	Estudos e Projectos	5.045	2.146	-2.899	-57%
3.10	Equipamento administrativo	15.135	32.810	17.675	117%
	<b>Totais</b>	<b>7.010.028</b>	<b>3.036.246</b>	<b>-3.973.782</b>	<b>-57%</b>

O volume de investimento realizado ficou aquém do previsto, em resultado, sobretudo, dos prazos de preparação dos procedimentos concursais para a elaboração dos projectos de execução que exigem, entre outros trabalhos, a análise do cadastro de infraestruturas, verificações no terreno e reuniões com Juntas de Freguesia, assim como os prazos prolongados dos avisos para financiamento de projectos e das subsequentes comunicações das decisões. Como dispõe o Plano Previsional da empresa, os investimentos de expansão previstos estão condicionados à obtenção de financiamento a fundo perdido na ordem dos 70%.

Em 2010, na sequência da publicação pela CIM do Ave de um Aviso para apresentação de candidaturas ao Ciclo Urbano da Água - "Vertente em baixa - modelo não verticalizado", a Vimágua apresentou duas candidaturas, na área do saneamento de águas residuais:

- Drenagem de Águas Residuais em Guimarães e Vizela - ampliações, remodelações e ligações - Fase 1;
- Optimização dos Sistemas de Drenagem de Águas residuais - 1.ª frente de despoluição da Ribeira de Couros.

O primeiro projecto, cujas empreitadas estão em curso e/ou em fase de conclusão, engloba um investimento total de €590.432,24 e uma comparticipação FEDER de €394.111,18, foi aprovado pela Comissão Directiva do ON.2 - O Novo Norte, em 28 de Dezembro de 2010.

O segundo projecto candidatado, composto por uma única empreitada, respeita a um investimento total de €3.030.526,05 e uma comparticipação FEDER de €1.683.082,61.

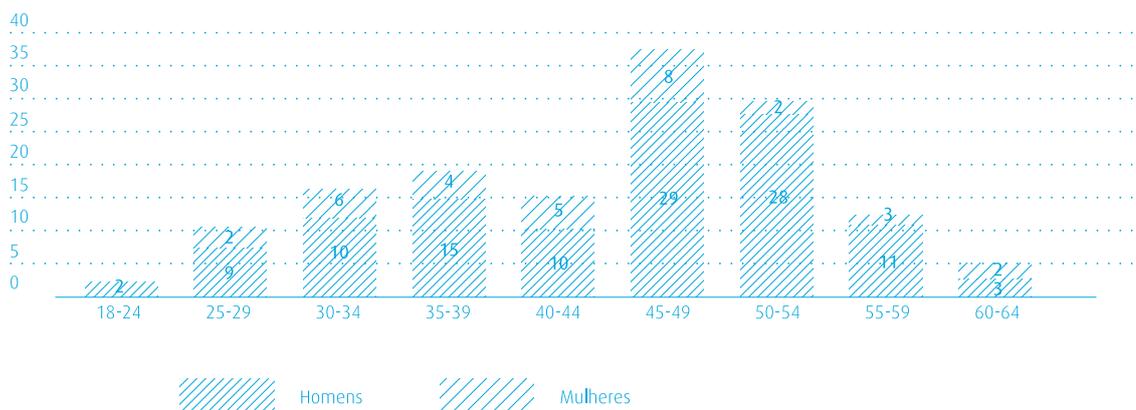
# Recursos Humanos

A política e gestão dos recursos humanos da Vimágua desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objectivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes. Em 2010 foram obtidos resultados positivos nos domínios da redução de efectivos, rejuvenescimento, níveis de habilitação e cuidados de saúde.

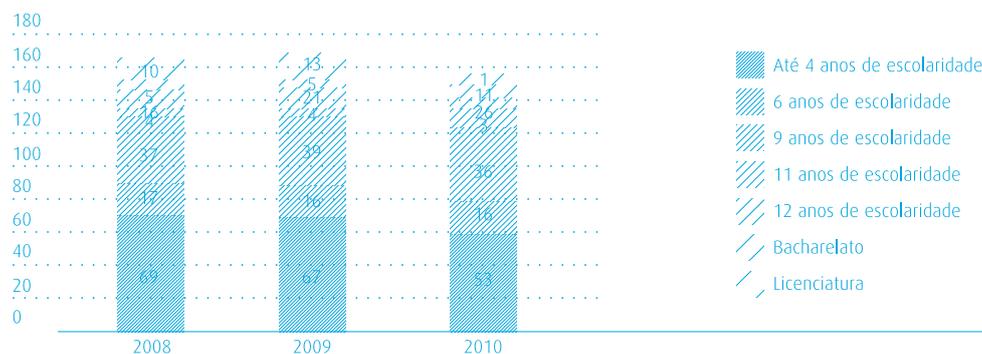
## Evolução

Importa, neste capítulo, salientar alguns indicadores que revelam aspectos evolutivos da estrutura de recursos humanos da Vimágua.

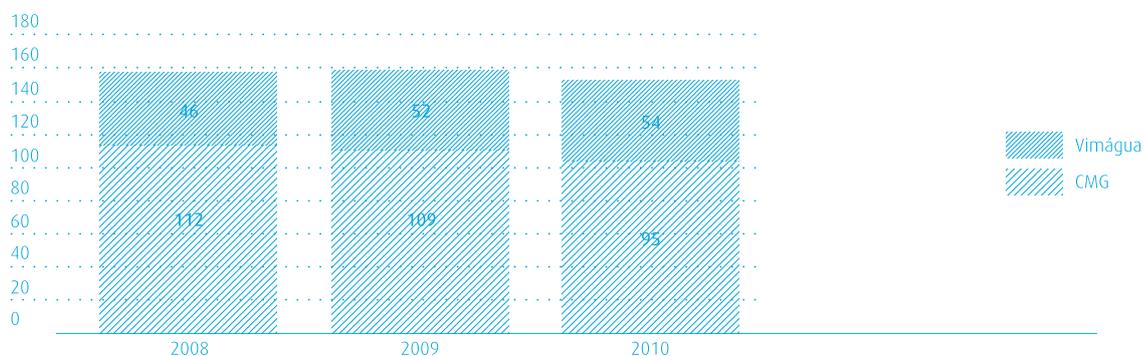
Em 31 de Dezembro de 2010 o número de efectivos da Vimágua foi de 149. A distribuição por grupos etários revela uma situação equilibrada, estando a maioria em grupos de adultos em idade de plena actividade.



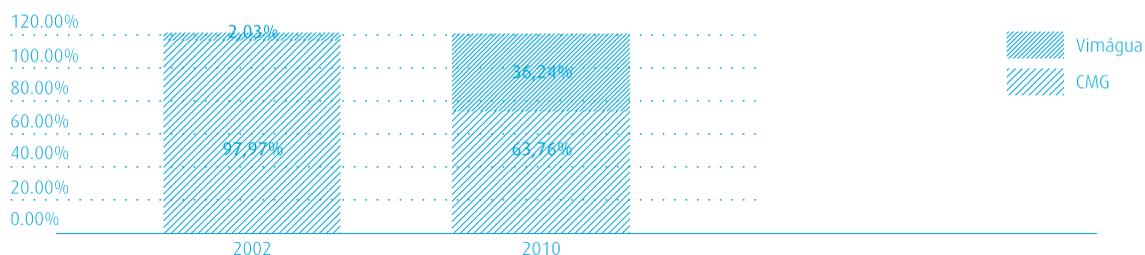
No que concerne ao nível de escolaridade regista-se, ainda que de forma modesta, o aumento de peso relativo dos efectivos nos grupos de mais elevado nível de escolaridade, em contraponto com a diminuição nos níveis de menor escolaridade.



O quadro de efectivos da Vimágua é composto por funcionários requisitados dos quadros da Câmara Municipal de Guimarães, os quais integravam o quadro dos Serviços Municipalizados à data de criação da empresa, e funcionários entretanto recrutados, designados nos gráficos seguintes como Vimágua.



A percentagem de requisitados baixou para menos de 64% em final de 2010.



## Serviços Médicos e Medicina do Trabalho

No domínio da medicina do trabalho realizaram-se 77 exames médicos, repartidos por exames de admissão (3), exames periódicos (65) e exames ocasionais (9).

No âmbito destes serviços foram efectuadas 4 visitas do médico de medicina do trabalho aos trabalhos de exterior.

No âmbito da promoção da saúde dos colaboradores da Vimágua, manteve-se, durante o ano de 2010, o rastreio da diabetes e da hiper-tensão aos colaboradores.

No sentido de acautelar um surto de gripe sazonal, promoveu-se durante o mês de Novembro uma campanha de vacinação, à qual aderiram 45 pessoas.

# Desempenho Económico e Financeiro

O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2010, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Até 31 de Dezembro de 2009, a Vimágua elaborou e publicou as suas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade. A partir do exercício económico de 2010, a preparação das demonstrações financeiras individuais é efectuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho. Assim, no sentido de garantir a comparabilidade de valores, a informação relativa a 2009 foi reexpressa de forma a estar de acordo com as normas contabilísticas de relato financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010.

## Situação Económica

A evolução da situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2010, é positiva, reforçando o resultado das medidas de viabilização adoptadas ao abrigo do Plano de Viabilidade e Contrato de Gestão.

A Vimágua terminou o ano de 2010 com um resultado líquido de 917.938 euros, mais 824.142 euros que o atingido em 2009.

Os rendimentos operacionais cresceram 1.451.817 euros (+9,89%) face aos registados no durante o ano 2009, resultado do crescimento de clientes.

Rendimentos operacionais	2009	2010	Varição % 10/09
Vendas e prestações de serviços	€13.002.007	€14.535.457	11,79%
Venda de água	€5.683.973	€6.320.161	11,19%
Venda material	€16.245		-110,00%
Prestações de serviços - saneamento	€5.105.256	€5.790.347	13,42%
Prestações de serviços - água	€2.105.639	€2.288.279	8,67%
Outros serviços	€90.894	€136.670	50,36%
Outros rendimentos e ganhos	€1.677.159	€1.595.526	-4,87%
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>€14.679.166</b>	<b>€16.130.983</b>	<b>9,89%</b>

Os gastos operacionais, em termos globais, evidenciaram um ligeiro crescimento de 14.045.998 euros para 14.099.382 euros (+0,38%). Importa no entanto realçar o significativo crescimento do valor da contrapartida devida pela utilização dos bens dos Municípios, a qual segue o regime de preços de transferência através do método da repartição do lucro, ou seja varia em função dos resultados apurados antes de impostos e sem contrapartida. Assim, em 2010 a contrapartida contabilizada em gastos operacionais foi 1.424.165 euros superior à do ano de 2009.

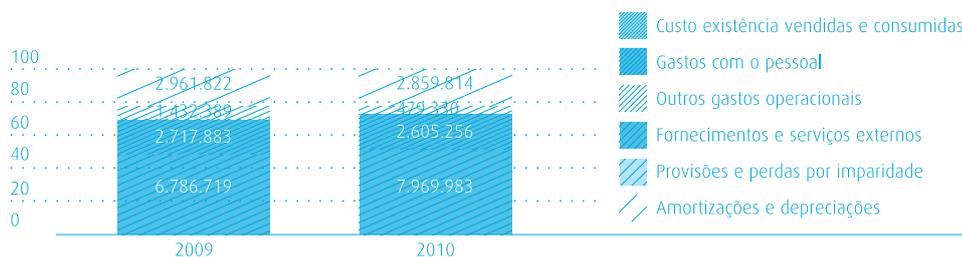
Pela sua importância na actividade operacional da empresa, realçam-se os decréscimos das rubricas de amortizações e depreciações (-102.008 euros ou -3,44%), outros fornecimentos e serviços externos (-861.862 euros ou -20,31%), gastos com o pessoal (-112.627 ou - 4,14%). O decréscimo significativo na rubrica de outros gastos operacionais (-953.059 ou -66,54%), ficou-se a dever a um conjunto de “custos extraordinário” registados em 2009, relativos a processos de empreitadas, à decisão de não repercussão da TRH de água relativa a 2008 e 2009 nos utentes finais e correcções de exercícios anteriores, pelo que não significa um impacto resultante da actividade anual.

Também de registar, à semelhança dos decréscimos, a subida dos gastos relativos ao subcontrato de tratamento de águas residuais (+620.961 euros ou +26,08%) e perdas por imparidade de dívidas de clientes (+27.630 euros ou +25,36%).

Gastos operacionais	2009	2010	Variação % 10/09
Custo existências vendidas e consumidas	€38.227	€48.411	25,64%
Fornecimentos e serviços externos:	€6.786.719	€7.969.983	17,43%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	€2.380.942	€3.001.903	26,08%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	€161.887	€1.586.052	879,73%
Outros fornecimentos e serviços externos	€4.243.890	€3.382.028	-20,31%
Gastos com o pessoal	€2.717.883	€2.605.256	-4,14%
Provisões e perdas por imparidade	€108.958	€136.588	25,36%
Outros gastos operacionais	€1.432.389	€479.330	-66,54%
Amortizações e depreciações	€2.961.822	€2.859.814	-3,44%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>€14.045.998</b>	<b>€14.099.382</b>	<b>0,38%</b>

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm tradicionalmente um peso decisivo na estrutura de custos, corresponderam a 56,53% dos gastos operacionais.

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais ganharam peso relativo na estrutura de gastos operacionais, passando de 16,95% para 21,29%, por outro lado o peso dos gastos com o pessoal passam a representar cerca de 18% (-1%).



O resultado operacional do exercício económico de 2010 da Vimágua ascendeu a 2.031.601 euros, crescendo 1.398.433 euros em relação ao exercício anterior, salientando-se que o crescimento resulta do acréscimo do volume de negócios registado.

O resultado financeiro negativo resulta do pagamento dos encargos relativos ao financiamento do investimento, através do empréstimo de longo prazo, os quais totalizaram em 2010 o dobro do ano anterior, pois houve já lugar ao pagamento de dois semestres.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 917.938 euros, mais 824.142 euros que o atingido em 2009. O EBITDA registou um crescimento de 1.327.845 euros (+36,84%).

Resultado Líquido	2009	2010	Variação % 10/09
EBITDA	€3.604.434	€4.932.279	36,84%
Amortizações e depreciações	€2.961.822	€2.859.814	-3,44%
Resultados operacionais	€633.168	€2.031.601	220,86%
Resultados antes de impostos	€109.320	€817.057	647,40%
Imposto sobre o rendimento	€15.524	€-100.881	-749,84%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>€93.796</b>	<b>€917.938</b>	<b>878,65%</b>

Importa salientar o impacto ao nível do imposto sobre o rendimento do exercício resultante da adopção da Norma dos Impostos sobre o rendimento, cujo detalhe consta do anexo às Demonstrações Financeiras.

O “Cash flow” bruto totalizou 3.813.459 euros, mais 633.359 euros que o atingido no transacto (+19,92%), devido à evolução positiva dos resultados antes de impostos (+647,40%).

“Cash flow” líquido e investimento	2009	2010	Variação % 10/09
Resultados antes de impostos	€109.320	€817.057	647,40%
Amortizações e depreciações	€2.961.822	€2.859.814	-3,44%
Variação das provisões e perdas por imparidade	€108.958	€136.588	-nd-
<b>“Cash flow” bruto</b>	<b>€3.180.100</b>	<b>€3.813.459</b>	<b>19,92%</b>
Imposto sobre o rendimento	€15.524	€100.881	749,84%
Resultados distribuídos			
<b>“Cash flow” líquido</b>	<b>€3.195.624</b>	<b>€3.712.578</b>	<b>16,18%</b>
Investimento	€3.901.095	€3.036.246	-22,17%
<b>Autofinanciamento</b>	<b>82%</b>	<b>122%</b>	<b>49,27%</b>

## Situação Financeira e Patrimonial

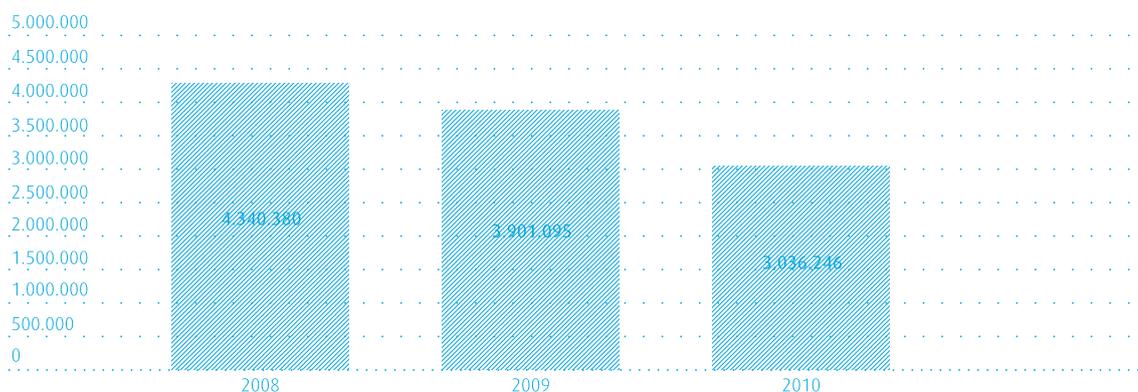
A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de Dezembro de 2010 apresenta um activo líquido de 62.639.312 euros, evidenciando um acréscimo de 38,95% face a 31 de Dezembro de 2009.

Ao nível do activo o crescimento das disponibilidades (+3.518.130 euros) é inferior ao aumento registado no passivo relativo a financiamento obtido (+1.440.724 euros).

Posição financeira	31-12-2009	31-12-2010	Variação % 10/09
Activo não corrente	€51.790.286	€51.318.501	-0,91%
Activo corrente	€7.953.078	€11.050.811	38,95%
<b>Total do Activo</b>	<b>€59.743.364</b>	<b>€62.369.312</b>	<b>4,40%</b>
Capitais permanentes	€54.095.093	€55.761.423	3,08%
Passivo corrente	€5.648.271	€6.607.888	16,99%
<b>Total do passivo + capital próprio</b>	<b>€59.743.364</b>	<b>€62.369.311</b>	<b>4,40%</b>

O capital próprio da empresa aumentou (+1.470.674 euros), em resultado, fundamentalmente, dos resultados líquidos transferidos e a transferir para resultados transitados, os quais atingem um prejuízo acumulado em final do primeiro de 2010 de 6.047.263 euros (-13,51% que em final de 2009).

O valor dos investimentos, em 2010, decresce 22,17%, comparativamente com o ano de 2009.



Os rácios económicos evidenciam os efeitos positivos do crescimento dos rendimentos, que influenciaram as margens EBITDA e EBIT. Os financeiros reflectem o aumento do activo.

## Rácios

Económicos	2009	2010	Var. 10/09
Margem bruta/rendimentos operacionais	24,49%	30,32%	5,83
Resultado operacional/rendimentos operacionais	4,31%	12,59%	8,28
Resultado líquido/rendimentos operacionais	0,64%	5,69%	5,05
Resultado líquido/capital próprio	0,36%	3,51%	3,15

Financeiros	2009	2010	Var. 10/09
Liquidez geral	140,81%	167,24%	26,43
Autonomia financeira	41,30%	41,92%	0,62
Solvabilidade	20,11%	22,20%	2,09
Fundo de maneo	1,41	1,67	0,26

# Perspectivas Futuras

A optimização da Qualidade do Serviço prestado aos nossos utentes constitui uma das nossas principais prioridades. Neste âmbito, vamos actualizar e valorizar o PCQA – Plano de Controlo de Qualidade da Água, através do qual se monitoriza a qualidade da água distribuída, controlando os parâmetros microbiológicos e físico-químico em 480 pontos de amostragem, por um Laboratório independente, acreditado pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. Nesta senda, iremos concluir e colocar em prática o Plano de Segurança da Água que avalia os riscos existentes ao longo de todo o sistema de abastecimento, desde a bacia hidrográfica onde estão localizadas as captações até à torneira do consumidor, e analisa os perigos existentes, assim como as medidas de controlo actualmente implementadas, no sentido da prevenção e sistematização de procedimentos, seguindo as metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde e pela International Water Association (IWA).

Iremos implementar um conjunto de medidas de melhoria no atendimento aos nossos cerca de 60.000 utentes, no Edifício Sede e no novo Posto de Atendimento da Cidade de Vizela, para além da intensificação da divulgação das vantagens da adesão aos serviços do “Balcão Digital” e da “Factura Electrónica”.

No que concerne à Sustentabilidade do Sector, revela-se absolutamente crucial a potenciação dos investimentos efectuados, em curso e daqueles que se projectam, através da ligação dos prédios às redes de água e saneamento e à sua efectiva posterior utilização. Efectivamente, o acréscimo dos níveis de atendimento que ambicionamos depende da concretização da ligação das redes prediais às infra-estruturas de água e saneamento pelos proprietários dos edifícios. Não obstante a obrigatoriedade da ligação, como resulta do Decreto-Lei 194/2009 de 20 de Agosto, vamos lançar uma Campanha de Informação e Sensibilização no decorrer deste ano, no sentido de alertar para a importância do consumo de água da rede pública, tratada e controlada para a salvaguarda da saúde individual e colectiva.

Um outro problema que poderá afectar a sustentabilidade da empresa é a ligação indevida de águas pluviais e de águas provenientes de captações privativas à rede de saneamento. Para além do reforço da fiscalização, iremos igualmente lançar uma Campanha de Informação e envolver as Juntas de Freguesia e outras Instituições Locais para evidenciar os problemas decorrentes destas ligações, designadamente, a entrada em carga dos colectores e os consequentes transbordamentos, inundações das vias e de prédios, insalubridade e, não menos grave, o crescimento abrupto da factura a pagar à entidade gestora das Estações de Tratamento de Águas Residuais, proporcional ao acréscimo de caudal recepcionado e que, em última instância, terá de ser repercutida na tarifa de saneamento.

No decorrer do próximo exercício pretendemos, também, obter a certificação do Sistema de Gestão Ambiental de acordo com a NP EN ISO 14001.

No âmbito das suas competências de regulação a ERSAR publicou o “Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª Geração do sistema de avaliação”, a aplicar a todas as entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos do Continente, independentemente da titularidade Estatal ou Municipal do serviço e do modelo de gestão - por gestão directa, delegada, em parceria ou concessionada. Essa aplicação inicia-se em 2012 com dados de 2011, que devem ser reportados à ERSAR até final de Março de 2012 pelas entidades gestoras.

Assim, foram revistos para 2011 os objectivos sectoriais em consonância com os novos indicadores exigidos pela ERSAR.

Neste seguimento, foram trabalhadas alterações ao nível dos sistemas de informação e definição de procedimentos que permitam avaliar e quantificar os indicadores a reportar, reorientando-os para o cumprimento das novas exigências.

# Proposta de Aplicação dos Resultados

Nos termos do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2010, no montante de €917.938 (novecentos e dezassete mil, novecentos e trinta e oito euros), seja transferido para a conta de Resultados Transitados da empresa, para cobertura de prejuízos acumulados.

O Conselho de Administração

Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

Alberto Fernando Lopes da Silva Machado – Vogal

Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo – Vogal

# Considerações Finais

**V**olvido mais um ano, na actividade da empresa, é com uma enorme satisfação que damos a conhecer os resultados obtidos e assistimos à consolidação de um projecto que é de todos os Vimeirense e Vimeirenses.

**I**mpor-nos-emos, porém, objectivos exigentes e rigorosas práticas, no sentido de robustecer a Qualidade de Serviço e dos Princípios de Sustentabilidade Económico-Financeira.

**M**antemos e reafirmamos o compromisso, assumido com os Accionistas, Clientes, Fornecedores e Prestadores de Serviço, de total empenhamento na melhoria contínua do Serviço, de acordo com a Lei e norteados pelos princípios de rigor, transparência imparcialidade.

**A** eventuais dificuldades daremos pronta resposta. Seremos sempre parte da solução e não o problema.

**G**arantimos proximidade e especial tratamento, em coordenação com os Municípios, em relação a todos aqueles que, por força das circunstâncias, se vejam privados dos meios de subsistência.

**U**rge, mais do que nunca, promover uma cultura de responsabilidade, rigor e de inconformismo perante o "status quo" e disso daremos exemplo.

**A**os Municípios de Guimarães e Vizela, à ARH - Norte, à CCDR-n, à ERSAR e aos nossos clientes, deixamos o nosso apreço, retribuindo todo o seu empenho e profícuo trabalho, com os resultados que apresentamos da nossa actividade.

O Conselho de Administração

Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

Alberto Fernando Lopes da Silva Machado – Vogal

Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo – Vogal

# Demonstrações Financeiras

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2010.

Até 31 de Dezembro de 2009, a Vimágua elaborou e publicou as suas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade. A partir do exercício económico de 2010, a preparação das demonstrações financeiras é efectuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Assim, no sentido de garantir a comparabilidade de valores, a informação relativa a 2009 foi reexpressa em SNC.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.

## Balço em 31 de Dezembro de 2010

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activo</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	7	50.617.887	50.421.227
Propriedade de investimento			
"Goodwill"			
Activos intangíveis	8	5.592	25.988
Activos biológicos			
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios financeiros			
Activos por impostos diferidos		695.022	1.343.071
		51.318.501	51.790.286
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	10	761.512	771.890
Activos biológicos			
Clientes		2.268.636	2.300.047
Adiantamentos a fornecedores		27.659	27.206
Estado e outros entes públicos	13	108.750	233.195
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	14	1.958.237	2.180.203
Diferimentos		98.983	131.632
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	5.827.035	2.308.905
		11.050.811	7.953.078
<b>Total do activo</b>		62.369.311	59.743.364

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
<b>Capital próprio e passivo</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	16	500.000	500.00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados		-6.047.263	-6.991.629
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		18.535.687	18.833.931
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>917.938</b>	<b>93.796</b>
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>26.146.362</b>	<b>24.676.098</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos		23.545.326	22.938.730
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos		6.069.736	6.480.266
Outras contas a pagar			
		29.615.061	29.418.995
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		1.049.484	1.811.816
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		244.688	59.263
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos		915.378	117.250
Outras contas a pagar	15	4.362.338	3.656.956
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			2.986
Passivos não correntes detidos para venda			
		6.607.888	5.648.271
<b>Total do passivo</b>		<b>36.222.949</b>	<b>35.067.266</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>62.369.311</b>	<b>59.743.364</b>

## Demonstração dos resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2010	2009
Vendas e serviços prestados	18	14.535.457	13.002.007
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		23.980	51.729
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-48.411	-38.227
Fornecimentos e serviços externos	20	-7.969.983	-6.786.719
Gastos com o pessoal	21	-2.605.256	-2.717.883
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-136.588	-108.958
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	22	1.571.546	1.625.430
Outros gastos e perdas	23	-479.330	-1.432.389
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4.891.414</b>	<b>3.594.990</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	-2.859.814	-2.961.822
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.031.601</b>	<b>633.168</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		40.864	9.445
Juros e gastos similares suportados	25	-1.255.408	-533.292
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>817.057</b>	<b>109.320</b>
Imposto sobre rendimento do período		100.881	-15.524
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>917.938</b>	<b>93.796</b>
<b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>			

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	2010	2009
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		14.553.507	12.244.079
Pagamentos a fornecedores		-8.738.152	-11.925.959
Pagamentos ao pessoal		-2.631.065	-2.690.156
Caixa gerada pelas operações		3.184.290	-2.372.036
<b>Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento</b>		-47.730	-15.524
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		1.964.509	-2.489.253
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>5.101.069</b>	<b>-4.876.813</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-3.424.983	-3.937.727
Activos intangíveis		-3.120	
Investimentos Financeiros			
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			1.340
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros activos			
Subsídios de investimento			6.247.558
Juros e proveitos similares		7.353	9.453
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-3.420.750</b>	<b>2.320.624</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		2.750.000	4.800.746
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-912.190	-950.085
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>1.837.810</b>	<b>3.850.661</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>3.518.130</b>	<b>1.294.472</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>2.308.905</b>	<b>1.014.433</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>5.827.035</b>	<b>2.308.905</b>

## Demonstração das alterações no capital próprio no período 2009

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reserva legal
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	500.000		12.240.000		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
	2					
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Entradas para cobertura de perdas						
Outras operações						
	5					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	500.000		12.240.000		

## Demonstração das alterações no capital próprio no período 2010

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Acções (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reserva legal
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	6	500.000		12.240.000		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
	7					
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Entradas para cobertura de perdas						
Outras operações						
	10					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6+7+8+10	500.000		12.240.000		

Reservas gais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		-5.351.158				-275.719	7.113.123		7.113.123
		-1.364.752			18.833.931	25.924	17.495.102		17.495.102
		-275.719				275.719			
		-1.640.471			18.833.931	301.643	17.495.102		17.495.102
						67.872	67.872		67.872
						369.515	17.562.975		17.562.975
		-6.991.629			18.833.931	93.796	24.676.098		24.675.098

Reservas is	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		-6.991.629			18.833.931	93.796	24.676.098		24.676.098
		944.366			-298.244	-93.796	552.326		552.326
		944.366			-298.244	-93.796	552.326		552.326
						917.938	917.938		917.938
						824.142	1.470.264		1.470.264
		-6.047.263			18.535.687	917.938	26.146.352		24.146.362

## Anexo às Demonstrações Financeiras

---

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

**Designação:** Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

**Sede Social:** Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães

**Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único:** 505 993 082

**Natureza da actividade:** A Vimágua é uma empresa encarregada da gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 37001) na área dos municípios de Guimarães e Vizela.

Por exigência da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima por escritura pública outorgada no dia 28 de Dezembro de 2007, adoptando a actual denominação – Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

**Capital Social:** 500.000.00 euros dividido em 500.000 acções nominativas de valor nominal de 1 euro

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1. As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística, integrando, as Normas Contabilística e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas mediante reclassificações e ajustamentos efectuados às contas construídas inicialmente de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade e Directrizes Contabilísticas emanadas da Comissão de Normalização Contabilística. Porém, as reclassificações e ajustamentos introduzidos tiveram em consideração, sempre que necessário, modificações a rubricas e quantias de registos e documentos de suporte concretos. Da metodologia seguida na transposição para o novo referencial contabilístico não resultam erros e distorções significativos que afectem o princípio da imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do desempenho da empresa, para as datas e períodos de relato em causa.

A apresentação e divulgação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações em notas feitas por força das NCRF aplicáveis às respectivas classes de activos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adopção dos modelos de demonstrações financeiras gerais aprovados pelas portarias no âmbito do SNC.

A informação financeira relativa a 1 de Janeiro de 2009 e a todo o ano de 2009, último ano de adopção do POC, e período de transição para efeitos da primeira adopção das NCRF, foi construída em obediência à NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF, tendo envolvido, antes dos ajustamentos que se divulgam no presente anexo, reclassificações de todas as rubricas do balanço, da demonstração dos resultados por naturezas e da demonstração dos fluxos de caixa, redistribuindo as respectivas quantias monetárias, das anteriores classificações segundo a codificação de contas do POC, para as codificações de contas previstas no SNC e nos respectivos modelos de demonstrações financeiras.

2.2. Não foi derogada qualquer disposição do SNC.

2.3. Nas demonstrações financeiras é visível o comparativo do período transacto, fruto da transição dos montantes inscritos nos registos contabilísticos em POC para SNC.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF – Divulgação transitória:

a) Reconciliação do Capital próprio relatado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e o Sistema de normalização Contabilística (SNC):

EFEITOS NA POSIÇÃO FINANCEIRA - CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Valor
Total do Capital Próprio em 31-12-2009 em POC	-7.180.995,76
<b>Resultados Transitados</b>	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	18.393,96
Activos por impostos diferidos - Desreconhecimento de Activos Intangíveis	-4.874,40
Reserva de Derivados de Cobertura	1.325.308,90
<b>Outras Variações no Capital Próprio</b>	
Activos por impostos diferidos - Prejuízos Fiscais	-860.363,84
Proveitos diferidos - Subsídios ao Investimento	-24.453.832,39
Passivos por impostos diferidos - Subsídios ao Investimento	6.480.265,58
<b>Total do Capital Próprio em 31-12-2009 em SNC</b>	<b>-24.676.097,95</b>

b) Reconciliação do Activo relatado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e o Sistema de normalização Contabilística (SNC):

## EFEITOS NA POSIÇÃO FINANCEIRA - ACTIVO

Descrição	Valor
Total do Capital Próprio em 31-12-2009 em POC	58.705.058,44
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	-18.393,96
Activos por impostos diferidos - Prejuízos Fiscais	860.363,84
Activos por impostos diferidos - Desreconhecimento de Activos Intangíveis	4.874,40
Activos por impostos diferidos - Derivados de Cobertura	477.832,46
Reclassificação de contas de Clientes para Outras Contas a Receber/Pagar	-286.370,65
<b>Total do Activo em 31-12-2009 em SNC</b>	<b>59.743.364,53</b>

c) Reconciliação do Passivo relatado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e o Sistema de normalização Contabilística (SNC):

## EFEITOS NA POSIÇÃO FINANCEIRA - PASSIVO

Descrição	Valor
Total do Capital Próprio em 31-12-2009 em POC	-51.524.062,68
Derivados de Cobertura	-1.803.141,36
Passivos por impostos diferidos - Subsídios ao Investimento	-6.480.265,58
Proveitos diferidos - Subsídios ao Investimento	24.453.832,39
Reclassificação de contas de Clientes para Outras Contas a Receber/Pagar	286.370,65
<b>Total do Activo em 31-12-2009 em SNC</b>	<b>-35.067.266,58</b>

d) Reconciliação do lucro relativo ao período de 12 meses, findo a 31 de Dezembro de 2009, relatado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e o Sistema de normalização Contabilística (SNC):

## EFEITOS NO DESEMPENHO - RESULTADOS

Descrição	Valor
Resultado Líquido do Período em 31-12-2009 em POC	67.872,35
Depreciações dos Activos Intangíveis Desreconhecidos	25.923,96
<b>Resultado Líquido do Período em 31-12-2009 em SNC</b>	<b>93.796,31</b>

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### (a) Reconhecimento das Vendas e Serviços Prestados:

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidas nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros, afectando a parte financeira dos resultados correntes, também em base de acréscimo. Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

#### (b) Custos de empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

#### (c) Subsídios

Os subsídios para investimentos recebidos em exercícios anteriores foram reclassificados, tal como exigido pelo novo normativo contabilístico, na conta 593 – Outras Variações no Capital Próprio. No período em análise efectuou-se o movimento contabilístico de imputação a rendimentos do exercício pela quota-parte das amortizações dos activos fixos tangíveis adquiridos em exercícios anteriores, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do exercício numa base sistemática durante as vidas úteis dos activos fixos tangíveis aos quais estão associados

#### (d) Impostos sobre o rendimento

As estimativas de impostos sobre os lucros reconhecidas na demonstração dos resultados consistem no imposto corrente e tributação autónoma e no imposto diferido. Quando aplicável adoptou-se a NCRF 25.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

#### (e) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12;20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

#### **(f) Activos intangíveis**

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de depreciação dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

#### **(g) Inventários**

O custo das mercadorias e matérias-primas é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

#### **(h) Clientes e outras contas a receber**

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

#### **(i) Financiamentos obtidos**

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10.

Decorrente do contrato de financiamento celebrado em 8 de Junho de 2009, no montante de 25.200.000.00 euros, foi constituída, na mesma data, hipoteca voluntaria de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimagua, pelo montante de 252.415.00 euros.

#### **(j) Fornecedores e outras contas a pagar**

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respectivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respectivas dívidas.

### **(k) Outras contas a pagar**

Nesta rubrica não se procedeu a qualquer ajustamento às quantias contabilizadas.

### **(l) Regime do Acréscimo**

Os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos no período económico com o qual se relacionam.

### **(m) Instrumentos Financeiros Derivados**

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados (“cash flow hedges”) utilizados respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

### **(n) Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração recorreu a estimativas elaboradas mediante o uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

### **(o) Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevante.

### **(p) Informações exigidas por diplomas legais**

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, importa referir que:

a) Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;

b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer do exercício de 2010, não foram efectuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;

c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2010, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de Junho, cujo pagamento se efectuou em Janeiro de 2011, nos prazos legais.

### (q) Outras informações relevantes

#### 1- Contrapartida

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimágua, será anualmente calculada e paga aos Municípios a Contrapartida devida pela utilização das infra-estruturas de água e saneamento de que são proprietários e utilizados na actividade da Vimágua.

A contrapartida é calculada segundo o método do fraccionamento do lucro, havendo o reconhecimento da mesma sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos.

#### Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios

Resultados antes de impostos e sem Contrapartida	2.403.108,86
<b>Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor</b>	<b>66%</b>
Contrapartida devida ao Município de Guimarães 90%	1.427.446,6628
- Valor c/ IVA	1.727.210,46
Contrapartida devida ao Município de Vizela 10%	158.605,18
- Valor c/ IVA	191.912,2736
<b>Contrapartida Municípios de Guimarães e Vizela</b>	<b>1.586.051,85</b>
- Valor c/ IVA	1.919.122,75

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 66%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão.

#### Cálculo da Proporção

DAm - Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	792
DAv - Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimágua	326
ARm - Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da tit. dos Municípios	500
ARv - Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da tit. da Vimágua	420
Rm - Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade dos Municípios	36155
Rv - Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade da Vimágua	15600
EEm - Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da tit. dos Municípios	230
EEv - Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da tit. da Vimágua	750
PDA+AR - Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas	
PR+EE - Proporção relativa à capacidade dos reservatórios e estações elevatórias dos Sistemas	
$(DAm+ARm) / (DAm+DAv+ARm+ARv) = P(DA+AR) = (792+500) / (792+326+500+420)$	63%
$(Rm+EEm) / (Rm+Rv+EEm+EEv) = P(R+EE) = (36155+320) / (36155+15600+230+750)$	69%
$(50\% \times P(DA+AR) + 50\% \times P(R+EE)) = P$	66%

2- Garantias prestadas a favor da CCDR-N (Comissão de Coordenação e desenvolvimento regional do norte) na Caixa Geral de Depósitos e BPI.

Número	Valor
9015005329993	80.000.00
08305727	221.000.00

3- Garantias a favor do Instituto de Estradas de Portugal, EPE, na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
9015003405793	50.000.00
9015003842793	250.000.00
23 Garantias a 5.000.00 euros cada	115.000.00

#### 4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Meios financeiros líquidos constantes da demonstração da posição financeira – não existem quaisquer valores nos saldos de caixa indisponíveis para uso:

Conta	Descrição	2010	2009
11	Caixa	18.299	16.327
121	Depósitos à ordem C.G.D.	230.642	898.877
122	Depósitos à ordem BPI	20.454	0
123	Depósitos à ordem C.G.D. 204003572130	10.015	10.015
124001	BPI/002 Conta Receitas	457.826	1.383.486
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da dívida	2.566.208	100
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	2.523.590	100
	<b>Total</b>	<b>5.827.035</b>	<b>2.308.905</b>

#### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

A reclassificação de saldos e movimentos de POC para SNC foi efectuada de forma automática pelo sistema informático. Os movimentos de reconhecimento e/ou desconhecimento de activos/passivos foram efectuados na íntegra.

A Demonstração dos Resultados por Funções não foi objecto de preparação em SNC.

#### 6. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

Câmara Municipal de Guimarães

Outras partes relacionadas	Vendas	Compras
Descrição	2010	2010
Saldos Pendentes	646.840	277.913.65
Transacções	900.781	277.913.65

## Câmara Municipal de Vizela

Outras partes relacionadas	Vendas	Compras
Descrição	2010	2010
Saldos Pendentes	113.825	0
Transacções	95.809	0

## NOTAS DISCRIMINATIVAS E EXPLICATIVAS

## 7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

A empresa procedeu à reclassificação da rubrica “Programas de computador”, que ao abrigo do POC se encontrava classificada como Equipamento Administrativo, para a rubrica de Activos Intangíveis. O valor de aquisição e as amortizações acumuladas reclassificadas ascenderam a 70.276,00 Euros e 44.287,57 Euros, respectivamente.

Durante o exercício de 2010, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Activos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- Em “Terrenos”, foram contabilizadas as verbas pagas pelas expropriações de terrenos para a passagem das condutas de água e saneamento.
- Na rubrica de “Equipamento Básico”, a construção de condutas e ramais de água e de saneamento.

	Terrenos	Edifícios	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros	Act. tangíveis em Curso	Total
<b>Quantia</b>								
<b>Escriturada</b>								
<b>Bruta Inicial</b>	354.930,21	370.464,92	58.222.459,50	337.662,94	617.341,43	57.672,00	2.463.508,88	62.424.039,88
<b>Depreciações</b>								
Acumuladas	0,00	145.470,67	11.049.968,84	306.181,26	437.649,80	37.554,03		11.976.824,60
Ajustamentos Trans.								
SNC Líquidos	0,00	0,00	9.541,55	0,00	16.446,88	0,00		25.988,43
<b>Quantia</b>								
<b>Escriturada</b>								
<b>Líquida Inicial</b>	354.930,21	224.994,25	47.162.949,11	31.481,68	163.244,75	20.117,97	2.463.508,88	50.421.226,85
<b>Adições</b>								
Adições	133.374,31	29.786,00	1.518.460,73	0,00	12.473,03	0,00	1.339.031,81	3.033.125,88
Outras	0,00	0,00	397.765,70	0,00	0,00	0,00	0,00	397.765,70
<b>Total adições</b>	133.374,31	29.786,00	1.916.226,43	0,00	12.473,03	0,00	1.339.031,81	3.430.891,58
<b>Diminuições</b>								
Diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações ano	0,00	30.584,35	2.714.975,25	27.092,27	57.920,18	5.725,68	0,00	2.836.297,73
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depr. alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187,00
<b>Depreciações abates</b>								
abates	0,00	0,00	-18,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-18,70
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	397.765,70	397.765,70
Depr. transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Diminuições</b>	0,00	30.584,35	2.715.143,55	27.092,27	57.920,18	5.725,68	<b>397.765,70</b>	3.234.231,73
<b>Quantia Escriturada</b>								
<b>Líquida Final</b>	488.304,52	224.195,90	46.364.031,99	4.389,41	117.797,60	14.392,29	3.404.774,99	50.617.886,70

## 8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte (ver quadro seguinte).

No âmbito da transposição para o novo normativo contabilístico, a empresa procedeu à reclassificação da rubrica "Programas de Computador" para Activos Intangíveis. Para além disso, tal como é referido pelo parágrafo 7 da NCRF 3, desreconheceu valores considerados em imobilizado incorpóreo ao abrigo do anterior antigo normativo contabilístico e que de acordo

com a análise efectuada, não cumpriam os requisitos da NCRF 6 – Activos Intangíveis (valores de aquisição 970.114,47 euros; amortizações acumuladas 951.720,51 euros).

	Programas de Computador	Total
<b>Quantia Escriturada Bruta Inicial</b>	0,00	0,00
Amortizações Acumuladas	0,00	0,00
Ajustamentos Transição SNC Líquidos	25.988,43	25.988,43
<b>Quantia Escriturada Líquida Inicial</b>	<b>25.988,43</b>	<b>25.988,43</b>
Adições	3.120,00	3.120,00
Outras	0,00	0,00
<b>Total adições</b>	<b>3.120,00</b>	<b>3.120,00</b>
Diminuições	0,00	0,00
Amortizações ano	23.516,14	23.516,14
Alienações	0,00	0,00
Amortizações alienações	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00
Amortizações abates	0,00	0,00
Transferências		
Amortizações transferências	0,00	0,00
<b>Total das Diminuições</b>	<b>23.516,14</b>	<b>23.516,14</b>
<b>Quantia Escriturada Líquida Final</b>	<b>5.592,29</b>	<b>5.592,29</b>

## 9. IMPARIDADE DE ACTIVOS

Nos períodos de 2010 e 2009 foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Revertidos no período	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber-ano 2010	304.878	136.765	177	441.643
Imparidades de dívidas a receber-ano 2009	196.534	108.958	0	304.878

O reconhecimento das perdas de imparidade decorreu de atrasos no pagamento, pese embora todos os esforços realizados no sentido de se obter a boa cobrança dos valores em dívida.

## 10. INVENTÁRIOS

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente, tendo procedido a uma contagem física dos seus inventários nos últimos dias do mês de Dezembro de 2010 (ver quadro seguinte).

Não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

Descrição	2010	2009
Matérias-primas	761.512	771.890
<b>Total</b>	<b>761.512</b>	<b>771.890</b>

## 11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31.12.2010 e em 31.12.2009 foi o seguinte:

Descrição	2010	2009
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	817.057	109.320
Imposto esperado à taxa nominal de 26,5%	216.520	28.970
Efeito das diferenças permanentes	386.416	531.367
Tributação autónoma	24.393	15.524
Prejuízos acumulados	602.936	560.337
Encargo de Imposto	24.393	15.524
Imposto diferido	108.687	0
Imposto sobre o rendimento do período	24.393	15.524
<b>Taxa efectiva</b>	<b>2,99%</b>	<b>14,20%</b>

No que diz respeito ao imposto diferido reconhecido na demonstração dos resultados no exercício findo em 31.12.2010, o mesmo é decomposto da seguinte forma:

Descrição	2010
Reversão de Prejuízos Fiscais	300.868
Desreconhecimento de Activos Intangíveis - Transição POC/SNC	975
Reclassificação de subsídios ao investimento na rubrica de capital próprio	-410.530
<b>Total</b>	<b>-108.687</b>

## 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros	31-12-2010			31-12-2009		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	5.827.034,85		5.827.034,85	2.308.905,34		2.308.905,34
Estado e Outros Entes Públicos	108.749,65		108.749,65	233.194,96		233.194,96
Dívidas de Clientes	2.268.635,83	441.643,35	1.826.992,48	2.300.047,29	304.878,47	1.995.168,82
Outras contas a receber	1.958.236,82		1.958.236,82	2.180.203,06		2.180.203,06
<b>Activos financeiros ao valor nominal menos imparidade Subtotais</b>	<b>10.162.657,15</b>	<b>441.643,35</b>	<b>9.721.013,80</b>	<b>7.022.350,65</b>	<b>304.878,47</b>	<b>6.717.472,18</b>
<b>Activos financeiros Totais</b>						
Dívidas a Fornecedores	1.049.483,56		1.049.483,56	1.811.815,89		1.811.815,89
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	244.687,98		244.687,98	59.262,85		59.262,85
Outras contas a pagar	4.362.338,07		4.362.338,07	3.656.956,42		3.656.956,42
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais</b>	<b>5.656.509,61</b>	<b>0,00</b>	<b>5.656.509,61</b>	<b>5.528.035,16</b>	<b>0,00</b>	<b>5.528.035,16</b>
Financiamentos obtidos	951.378,14		951.378,14	117.249,66		117.249,66
<b>Financiamentos obtidos Subtotais</b>	<b>951.378,14</b>	<b>0,00</b>	<b>951.378,14</b>	<b>117.249,66</b>	<b>0,00</b>	<b>117.249,66</b>
<b>Passivos financeiros Totais</b>	<b>6.607.887,75</b>	<b>0,00</b>	<b>6.607.887,75</b>	<b>5.645.284,82</b>	<b>0,00</b>	<b>5.645.284,82</b>

### 13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Conta	Estado	2010		2009	
		saldo devedor	saldo credor	saldo devedor	saldo credor
241	Imposto sobre rendimento	108.750		74.582	
243	Imposto sobre acrescentado		40.639	158.613	
242	Retenção na Fonte		18.298,22		16.533,24
244	Restantes impostos				1.840
245	Contribuições seg. social/cga		35.898		40.886
249	Outras contribuições		149.852		
	<b>244</b>	<b>108.750</b>	<b>244.688</b>	<b>233.195</b>	<b>59.259</b>

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos

#### 14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A 31 de Dezembro de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de "Outras Contas a Receber" apresentava a seguinte composição:

Conta	Contas a receber	2010	2009
278102	Devedores - Comp. de ramais	520.340	476.568
278103	Devedores - Acordos	1.302.928	1.536.212,15
278105	Outros devedores	134.969	167.423
	<b>Total</b>	<b>1.958.237</b>	<b>2.180.203</b>

#### 15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A 31 de Dezembro de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte composição (ver quadro seguinte).

O valor referente a empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de Junho de 2009, no montante de 25.200.000,00 euros, cujo vencimento será a Março de 2029.

Conta	Contas a receber	2010	2009
2511	Empréstimos Bancários	24.000.000	21.250.000
2513	Locações Financeiras	0	2.838
2514	Derivados de Cobertura - Taxa Juro	496.704	1.803.141
	<b>Total</b>	<b>24.496.704</b>	<b>23.055.979</b>

#### 16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A 31 de Dezembro de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de "Outras Contas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Conta	Contas a pagar	2010	2009
271	Fornecedores de investimentos	-379.387	-889.122
272	Devedores e Credores por acréscimos	-2.257.179	-669.831
2782	Outros Credores	-1.725.772	-2.098.003
	<b>Total</b>	<b>-4.362.338</b>	<b>-3.656.956</b>

#### 17. CAPITAL E RESERVAS

Não se encontram constituídas quaisquer reservas.

Descrição	N.º acções emitidas		Valor nominal das acções	
	2010	2009	2010	2009
Acções ordinárias - 2010	500.000			1 euro
Acções ordinárias - 2009		500.000		1 euro

## 18. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 foi determinado conforme se segue:

Descrição	N.º acções emitidas	Valor nominal das acções
	2010	2009
Resultado líquido do período	917.938	93.796
Número de acções em circulação	500.000	500.000
<b>Resultado por acção Básico</b>	<b>1,84</b>	<b>0,19</b>

## 19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional:

Conta	Descrição	2010	2009
711	Mercadorias	0	16.245
712	Produtos acabados e intermédios	6.320.161	5.683.973
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	5.790.347	5.105.256
722	Serviços de exploração Sector Água	2.288.279	2.105.639
723	Outros serviços	24.488	25.509
725	Serviços secundários	112.182	65.385
	<b>Total</b>	<b>14.535.457</b>	<b>13.002.007</b>

## 20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Durante os períodos de 2010 e 2009 o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas foi o seguinte:

Matérias primas			
Descrição	2010	2009	
Existências iniciais	771.890	753.468	
Compras	719.736	1.172.223	
Regularização existências	681.703	1.115.573	
Existências finais	761.512	771.890	
<b>Total</b>	<b>48.411</b>	<b>38.227</b>	

## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos", nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue no quadro seguinte.

A rubrica "Serviços Especializados" inclui os valores pagos ao Fiscal Único, no âmbito exclusivo da Certificação Legal das Contas, no valor de 14.400,00 para o exercício de 2010 e 14.400,00, para o exercício de 2009.

Conta	Descrição	2010	2009
621	Subcontratos	3.014.201	2.380.942
622	Serviços Especializados	1.749.349	2.631.507
623	Materiais	63.169	90.086
624	Energia e fluidos	840.015	841.045
625	Deslocações estadas e Transportes	2.191	3.745
626	Serviços Diversos	2.301.058	839.394
	<b>Total</b>	<b>7.969.983</b>	<b>6.786.719</b>

## 22. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de "Gastos com pessoal", nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

Conta	Descrição	2010	2009
631	Remunerações órgãos sociais	61.672	74.684
632	Remunerações do Pessoal	2.134.029	2.204.080
633	Benefícios pós Emprego	11.010	3.266,46
635	Encargos Sobre Remunerações	323.353	331.879
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	32.731	32.597
638	Outros gastos com o pessoal	42.461	71.376
	<b>Total</b>	<b>2.605.255</b>	<b>2.717.883</b>

Valores das remunerações do pessoal chave da gestão:

- a) Remunerações: 61.672,00 euros
- b) Outros Benefícios: Não aplicável
- c) Benefícios por cessação de emprego: Não aplicável

O número médio de empregados ao longo do ano e o número de empregados no final do período foi de:

Descrição	2010	2009
Número médio de empregados	155	159
Número médio de empregados no final do período	149	161

### 23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

Conta	Descrição	2010	2009
782	Descontos De Pronto Pag. Obtidos	10,59	8,61
787	Rend. e Ganhos em invest. Finan.	18,7	37,21
788	Outros	1.571.516	1.625.385
	<b>Total</b>	<b>1.571.546</b>	<b>1.625.430</b>

A conta 788 inclui o montante de 948.302,88 euros referente à imputação a rendimentos do exercício do valor dos subsídios para investimento e o montante de 600.866,89 euros referente à imputação a rendimentos do exercício do valor dos subsídios de ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens activos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a seguros e outras indemnizações no montante de 22.346,23 euros.

### 24. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

Conta	Descrição	2010	2009
681	Impostos	80.755	198.890
683	Dívidas Incobráveis	13.361	2.173,54
688	Outros	385.214	1.231.325
	<b>Total</b>	<b>479.330</b>	<b>1.432.389</b>

A conta 688 inclui o montante de 375.945,81 euros referente a correcções de exercício anteriores.

### 25. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

Conta	Descrição	2010	2009
	<b>Activos Fixos Tangíveis</b>		
6422	Edifícios e outras construções	30.584	29.009
6423	Equipamento Básico	2.719.139	2.808.245
6424	Equipamento transporte	27.092	34.940
6425	Equipamento administrativo	65.470	58.341
6427	Outros activos fixos tangíveis	5.726	7.865
	<b>Activos Intangíveis</b>		
6433	Programas de Computador	11.804	23.423
	<b>Total</b>	<b>2.859.814</b>	<b>2.961.823</b>

## 26. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

A decomposição da rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

Conta	Descrição	2010	2009
6911	Juros de financiamento Obtidos	1.226.948	500.891
6912	Juros de Mora e compensatórios	4	
6913	Juros de acordos	716,86	32.221
6918	Outros juros	28,65	
6919	Juros Leasing	47,54	179,52
6982	Serviços Bancários	27.663	
	<b>Total</b>	<b>479.330</b>	<b>533.292</b>

## 27. DIVERGÊNCIA DE SALDOS COM A TRATAVE

A Vimágua tem com a TRATAVE, empresa concessionária do Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave (SIDVA), um contrato de prestação de serviços para recolha e tratamento de águas residuais denominado “Contrato de Adesão e Ligação ao SIDVA”, o qual remete, designadamente em matéria tarifária, para o contrato de concessão assinado em Setembro de 1998 com a Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), ainda em vigor.

É do domínio público, pelo que citamos neste particular a publicação do ERSAR, Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal 2008 – Vol.01, onde se refere que: “A TRATAVE, concessionária intermunicipal criada em 1998, é responsável pela gestão do saneamento de águas residuais em alta dos municípios de Guimarães (...) e Vizela, igualmente abrangidos pela concessão multimunicipal da Águas do Ave, criada em 2002. Actualmente está em curso um processo de conciliação entre as partes com vista à resolução da situação criada.

A Vimágua sempre entendeu estar a cumprir com o contrato celebrado com a TRATAVE.

Desde 2005 que a TRATAVE envia à Vimágua, além da factura da prestação de serviços, contratualmente devida, uma factura de acerto tarifário, com a informação de que resultará de uma imposição da Águas do Ave, S.A., a qual tem sido sistematicamente devolvida e contestada com fundamento no facto de não ter qualquer sustentação legal e não cumprir com o contrato a que a Vimágua está vinculada. Apesar de não existir qualquer insistência de reenvio das facturas ou cobrança desses valores, presumindo-se concordância com os argumentos aduzidos, a TRATAVE mantém o procedimento, até que as questões relativas à “dupla concessão” sejam resolvidas, relevando contabilisticamente nas suas contas aqueles montantes.

No final do ano de 2010, pela confrontação do nosso extracto de terceiros com o da TRATAVE apuramos uma diferença, respeitante aos valores acumulados de acertos tarifários, de €3.046.090,74, os quais não podem, como resulta do exposto, serem aceites pela Vimágua, por não estarem enquadrados no contrato em vigor.

## 28. PASSIVOS CONTINGENTES

Não existem obrigações da Empresa que possam ser consideradas passivos contingentes.

## 29. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

## 30. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Março de 2011.

### **Técnica Oficial de Contas**

Eva Maria Ferreira Salgado

### **Direcção Administrativa e Financeira**

Paula Alexandrina Coelho Fernandes

### **Conselho de Administração**

Armindo José Ferreira da Costa e Silva - Presidente

Alberto Fernando Lopes da Silva Machado - Vogal

Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo - Vogal

**vi****agua**

pelo seu futuro